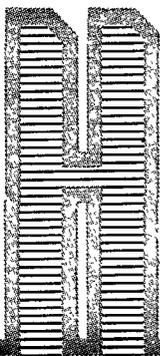




# DIÁRIO



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIII — Nº 36

SEXTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1988

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 28ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1988

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO NILSON GIBSON** — Trabalho parlamentar do corrente ano.

**DEPUTADO ELIAS MURAD** — Graves ameaças que pairam sobre a humanidade.

**DEPUTADO EVALDO GONÇALVES** — Regularização de dispositivos constitucionais.

**DEPUTADO EDMILSON VALENTIM** — Pacto social.

**DEPUTADO SÓLON BORGES DOS REIS** — Situação de dificuldade salarial em que se encontra o magistério.

**DEPUTADO ITURIVAL NASCIMENTO** — Avaliação do recente pleito municipal.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** — Justificando posicionamento contrário às medidas de ajuste fiscal.

**DEPUTADO FRANCISCO DIAS** — O problema da moradia.

**DEPUTADO ADOLFO OLIVEIRA** — Protesto contra o ressurgimento de manobras visando à internacionalização da Amazônia brasileira.

**DEPUTADO AMAURY MULLER** — Violências praticadas por militares na cidade do Rio de Janeiro. Atitude dos governos de Israel e dos Estados Unidos da América diante da pro-

posta de paz apresentada pela OLP. Cobrança de pedágio nas rodovias federais.

**DEPUTADO WILSON CAMPOS** — Medida baixada pelo IAA visando à redução da produção do açúcar em Pernambuco e Alagoas para aumentar a produtividade do álcool.

**DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** — Violências praticadas por militares das Forças Armadas, no Rio de Janeiro.

**DEPUTADO VICTOR FACCIONI** — Protesto contra as medidas de ajuste fiscal. Cobrança de pedágio nas rodovias federais.

**DEPUTADO MILTON REIS** — Processo inflacionário.

**DEPUTADO DORETO CAMPANARI** — Os frequentes aumentos de preços. Aumento do imposto de renda para o lavrador.

**DEPUTADO STÉLIO DIAS** — Criação da comissão de estudos territoriais.

**DEPUTADO OSWALDO TREVISAN** — Dívida externa.

**DEPUTADO OSVALDO BENDER** — Ajuste fiscal. Cobrança de pedágio nas rodovias federais.

**DEPUTADO COSTA FERREIRA** — Mensagem de esperança para 89.

**DEPUTADO TITO COSTA** — Considerações a respeito de projeto de lei, apresentado por S. Exª, dispondo sobre a situação dos mandatos dos prefeitos e vereadores à nova Constituição.

**DEPUTADA BETH AZIZE** — Transferência do "excedente" de recursos do Finam para o Finor.

**DEPUTADO OSMIR LIMA** — Restrições ao comportamento do Superintendente da Polícia Federal, no Acre.

**DEPUTADO NEY LOPES** — Instalações da Comissão Mista da dívida externa brasileira

**DEPUTADO SÍLVIO ABREU** — Nota do PSC sobre o processo inflacionário.

**DEPUTADO CHICO HUMBERTO** — Criação da comissão de estudos territoriais. Resposta da Presidência sobre o tema.

**DEPUTADO EDMILSON VALENTIM** — Punição imposta ao Prof. José Ferreira Costa pela direção do Senac do Rio de Janeiro.

**DEPUTADO VALMIR CAMPELO** — Programa de Desenvolvimento Industrial do DF — Proin.

**DEPUTADO FURTADO LEITE** — Atraso no pagamento de serviços prestados à previdência social por estabelecimentos de saúde.

**DEPUTADO PAULO MACARINI** — Importação de carne suína.

**DEPUTADO VLADIMIR PALMEIRA** — Demissão do Sr. Paulo Fernandes de Souza, funcionário do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro.

**DEPUTADO JOSÉ GUEDES** — Crescimento do PSDB em Rondônia.

**DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** — Trabalho legislativo no corrente ano.

**DEPUTADO CARLOS CARDINAL** — Pacto social.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÔRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Administrativo  
**JOSECLER GOMES MOREIRA**  
Diretor Industrial  
**LINDOMAR PEREIRA DA SILVA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cz\$ 320,00

Exemplar Avulso ..... Cz\$ 60,00

Tiragem 2.200-exemplares

*DEPUTADO ALÉRCIO DIAS* — Elogios à atuação parlamentar do Deputado Davi Alves Silva.

*DEPUTADO LÉZIO SATHLER* — Anúncio da extinção do Decreto-Lei nº 880/69, que trata de incentivos fiscais no Espírito Santo.

*DEPUTADO ALUÍZIO CAMPOS* — Medidas concretas e eficazes de combate à inflação.

**1.2.2 — Ofício**

Do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Cid Carvalho, encaminhando ao Presidente do Congresso Nacional, em condições de ser remetido à sanção do Senhor Presidente da República, substitutivo daquela comissão ao Projeto de Lei nº 1/88-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1989.

**1.2.3 — Questão de ordem**

Suscitada pelo Sr. Senador Nelson Wedekin e acolhida pela Presidência quanto à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

**1.3 ENCERRAMENTO**

## Ata da 28ª Sessão Conjunta, em 15 de dezembro de 1988

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

#### Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Dirceu Carneiro.

**ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Luiz Piauhyllino — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Rubens Vilar — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Gonzaga Jaime — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

**E OS SRS DEPUTADOS:**

**Acre**

Alércio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; João Maia — PMDB; José Melo — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Osmir Lima — PMDB.

**Amazonas**

Beth Azize — PSDB; Eunice Michiles — PFL; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PDT; Sadie Hauache — PFL.

**Rondônia**

Arnaldo Martins — PMDB; Chagas Neto — PMDB; José Guedes — PSDB; Moisés Bennesby — PMDB; Raquel Cândido — PDT.

**Pará**

Ademir Andrade — PSB; Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Moisés Martins — PMDB; Paulo Roberto — PMDB.

**Maranhão**

Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Davi Alves Silva — PDS; Eliezer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Haroldo Sabóia — PMDB; Jayme Santana — PSDB; Joaquim Haickel — PMDB; José Carlos Saboia — PSB; José Teixeira — PFL; Vieira da Silva — PDS.

**Piauí**

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — PFL; Jose Luiz Maia — PDS; Mussa Demes — PFL; Myriam Portella — PDS; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PSDB

**Ceará**

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Francisco Jatahy — PMDB; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Iranildo Pereira — PMDB; José Lins — PFL; Lucio Alcântara — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratun Aguiar — PMDB

**Rio Grande do Norte**

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB; Marcos Formiga — PFL; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB

**Paraíba**

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB.

**Pernambuco**

Fernando Lyra — PDT; Gonzaga Patriota — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Joaquim Francisco — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Tinoco — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

**Alagoas**

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; José Costa — PMDB; Roberto Torres — PTB.

**Sergipe**

Acival Gomes — PMDB; Cleonânio Fonseca — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL

**Bahia**

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Franca Teixeira — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; João Alves — PFL; Jorge Hage — PSDB; Jorge Vianna — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Sena — PSDB; Waldeck Ornêlas — PFL.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; Lezio Sathler — PMDB; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Stélio Dias — PFL

**Rio de Janeiro**

Adolfo Oliveira — PL; Anna Maria Rattes — PSDB; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; César Maia — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edmilson Valentim — PC do B, Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Francisco Dornelles — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PMDB; Messias Soares — PTR; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PFL; Osmar Leitão — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

**Minas Gerais**

Aécio Neves — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Carlos Mosconi — PSDB; Célio de Castro — PSDB; Chico Humberto — PDT; Dálton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PTB; Israel Pinheiro — PMDB; João Paulo — PT; José Geraldo — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Maurício Pádua — PMDB; Mauro Campos — PSDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Octávio Elísio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Raimundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Roberto Vital — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sílvio Abreu — PSC; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT.

**São Paulo**

Ademar de Barros Filho — PDT; Antoniocarlos Mendes Thame — PFL; Antônio Peresa — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnold Fioravante — PDS; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Dirce Tutu Quadros — PSDB; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Jorge — PT; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Jayme Paliarin — PTB; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; José Carlos Grecco — PSDB; José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Yunes — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Luis Gushilken — PT; Luis Inácio Lula da Silva — PT; Manoel Moreira — PMDB; Michel Temer — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goias**

Aldo Arantes — PC do B; Iturival Nascimento — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC; Siqueira Campos — PDC.

**Distrito Federal**

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PFL

**Mato Grosso**

Antero de Barros — PMDB; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PDS.

**Mato Grosso do Sul**

Fadah Gattas — PMDB; Juarez Marques Batista — PSDB; Levy Dias — PFL; Rosário Congro Neto — PMDB.

**Paraná**

Alceni Guerra — PFL; Antônio Ueno — PFL; Basílio Villani — PTB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Euclides Scalco — PSDB; Hélio Duque — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Nilton Friedrich — PSDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Tadeu França — PDT.

**Santa Catarina**

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Estener Soratto — PFL; Francisco Kuster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Ivo Vanderlind — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Adroaldo Streck —; Amaury Muller — PDT; Alcides Saldanha — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Eri-co Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PFL; Raquel Capiberibe — PSB.

**Roraima**

Chagas Duarte — PFL; Marluce Pinto — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Ottomar Pinto — PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 327 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON** (PMDB — PE Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo registrar, nesta breve comunicação, os excelentes trabalhos desenvolvidos pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

Além da promulgação da nova Constituição brasileira, em 5 de outubro, fecho feliz da Assembleia Nacional Constituinte, quero ressaltar a brilhante atuação do Poder Legislativo durante esses últimos dias que antecederam o recesso. Medidas de alto alcance social foram aprovadas em um contexto democrático. As etapas são várias e os efeitos amplos, mas convém dar especial trata-

mento às seguintes conquistas: aprovação do salário mínimo; benefícios concedidos aos aposentados e pensionistas da Previdência Social; votação do Orçamento da União contemplando especialmente as áreas de educação, saúde e transporte.

Entre as propostas aprovadas pelo Congresso Nacional, pode-se ainda ressaltar o fortalecimento do Poder Judiciário, com a criação e a implantação de novos e Superiores Tribunais de Justiça em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Recife; o reajustamento do vencimento dos magistrados e gratificações dos funcionários do Poder Judiciário.

Registro ainda a transformação da Sunab em autarquia, a partir do projeto de lei apresentado pelo meu ilustre conterrâneo Deputado Inocêncio Oliveira; a proposição pela manutenção e conservação dos estados; a criação do Estado do Tocantins, cujo Governador eleito é o nobre e brilhante companheiro Deputado Siqueira Campos; a criação de mais 231 Juntas de Conciliação dos Tribunais do Trabalho do País, sendo três na cidade de Fortaleza, por proposta apresentada pelo Vice-Líder do PMDB, Deputado Raimundo Bezerra, e aprovada por todos os membros da bancada do Ceará com assento nesta Casa; a regulamentação das eleições municipais realizadas no dia 15 de novembro, como efetivo exemplo de democracia e vitória do regime democrático.

Quero igualmente ressaltar o relevante serviço e a fecunda atuação do Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Ulysses Guimarães, esse grande timoneiro da democracia no País. Este reconhecimento é também estendido ao Senador Humberto Lucena, às lideranças partidárias, ao Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro, ao Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno, ao Vice-Líder do PFL, Deputado Inocêncio Oliveira, ao Líder do PDT e preparado político das ciências jurídicas, Deputado Vivaldo Barbosa, ao Líder do PL, Deputado Adolfo Oliveira, e ao Deputado Amaury Muller, um dos mais assíduos membros deste Parlamento.

Enfim, fica aqui registrada a atuação coerente, bem intencionada e madura de todos aqueles que se engajaram nesse processo, inclusive o Senador Severo Gomes, que é o Presidente do Instituto Pedrosa Horta. Tudo isso há de frutificar no seio da sociedade, convertendo-se em melhorias para a Nação.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, não podemos deixar de ressaltar o serviço daqueles companheiros que trabalham neste plenário, os taquígrafos, assim como o de todos os funcionários, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados. Por último, Sr. Presidente, gostaria também de ressaltar a ação do Senador Dirceu Carneiro, que com tanto brilhantismo vem colaborando nos trabalhos do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, quero também deixar inserido nos Anais do Congresso Nacional o trabalho que vem sendo realizado pelo Governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, homem que realmente vem prestando um excelente serviço político, social e administrativo no meu Estado.

Não poderia ainda deixar de registrar nesta Casa o trabalho daqueles que procuram aperfeiçoar o regime democrático. Reporto-me ao meu parti-

do, o PMDB, que ontem, numa decisão histórica da Comissão da Executiva Nacional, resolveu, por unanimidade, fixar a data de sua convenção para os dias 11, 12 e 13 de março, a fim de consolidar realmente o processo de transição democrática.

Nosso partido apresentará candidato à Presidência da República Temos, em nossos quadros de filiados, Ulysses Guimarães, Miguel Arraes de Alencar, Tasso Jereissatti e Waldir Pires. O Deputado José Genoíno, do PT, nesta oportunidade, em aparte muito oportuno, relembra o nome de um memedebista da maior categoria. Temos vários outros nomes, inclusive o do Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quéricia, que também pode formar no elenco de nossos aliados, como candidato a Presidente da República, que será escolhido em eleições diretas no dia 15 de novembro, data em que finalmente concluiremos o processo de transição democrática.

Sr. Presidente, conclamo a que nos unamos com o fim de não só derrotar aqueles que fazem a alocação da candidatura do PDT e do PT, mas também lutar por candidatos próprios — que poderão ser Ulysses Guimarães e Miguel Arraes, ou Miguel Arraes e Ulysses Guimarães — para a vitória em 15 de novembro. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elias Murad.

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Natal está próximo. É tempo de festa. É tempo de uma parada para refletir, por exemplo, sobre as graves ameaças que pairam sobre a humanidade. Refletir numa época em que as estruturas de nossas famílias estão cada vez mais abaladas, em que o mundo se desumaniza a cada passo, onde a máquina esmaga o homem e uma sociedade tecnicista e tecnocrata predomina em todos os setores. Sociedade do desperdício, do supérfluo, hedonista, do excesso do ganho e do prazer e que esmaga o homem e o tolhe de sua verdadeira condição humana.

Neste momento em que, na festa maior da Cristandade, paramos alguns instantes para pensar, temos a impressão de que o homem parece estar doente. A resposta nos é dada por Michel Quoist:

“Na medida em que, pela ciência e pela técnica, o homem vai se apoderando do Universo, vai também perdendo o domínio do seu universo interior. À medida que penetra no mistério do mundo, tanto dos infinitamente grandes como dos infinitamente pequenos, perde-se nos seus próprios mistérios. Pretende dirigir o Universo e não sabe se dirigir a si mesmo. Domestica a matéria, mas, quando libertado de sua tirania deveria viver mais intensamente do espírito, a matéria aperfeiçoada volta-se contra ele. E eis que a torna seu escravo e é o espírito que agora agoniza.”

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, apesar dos graves problemas que afligem as nações do mundo inteiro, apesar das guerras que destroem, que matam, apesar da fome, das grandes catástrofes que dizem aos povos e nações inteiras, apesar das ideologias que se conflitam, o maior perigo que enfrentamos não está em “nos-

sas fronteiras geográficas, mas nas fronteiras do coração humano”. O verme que corrói está no seu interior e se fortifica inexoravelmente, alimentado pelas facilidades do mundo moderno que oferece ao corpo as delícias da carne e ao espírito o orgulho do poder.

Nesta época do Natal, quando o coração humano parece ficar mais aberto às coisas do espírito, é bom lembrar que nem tudo está perdido quando resta uma esperança. Esperança de que o homem acorde a tempo de lutar contra o inimigo da desumanização. Que haja mais diálogo, mais humanidade entre os homens, pois só assim encontraremos o amor que constrói, a paz que desejamos. O ideal de vida que todos procuram, com que todos sonham. E tudo isso só nos será possível se pautarmos a nossa existência como a daquele Homem que, dentre outras coisas, foi o maior legislador de todos os tempos, conseguiu em apenas 10 mandamentos reunir os códigos do mundo inteiro. Uma vida que se caracterizou pela humanidade, pela bondade, pelo amor, uma vida singular, como foi, assim, magistralmente sintetizada

“Eis aqui um homem que nasceu numa obscura aldeia, filho de uma simples camponesa. Cresceu em outra humilde aldeia; trabalhou como um modesto carpinteiro até os 30 anos. Foi somente durante os três anos seguintes que pregou sua mensagem. Nunca escreveu um livro. Nunca exerceu qualquer cargo. Nunca teve um lar. Nunca constituiu família. Nunca frequentou uma universidade. Nunca as plantas dos seus pés pisaram uma grande cidade. Nunca se distanciou mais que 300km do povo onde nasceu. Nunca fez coisa alguma que pudesse aparentar grandeza. Suas credenciais eram a sua própria personalidade. Nada teve em comum com este mundo, exceto o simples poder da sua singular humildade. Quando se fez conhecer, o ímpeto da opinião popular se voltou contra ele. Seus amigos o negaram e abandonaram. Um deles o traiu e o vendeu aos seus inimigos. Foi condenado mediante a farsa de um juízo simulado. Foi cravado em uma cruz entre dois ladrões. Enquanto morria, seus executores tiravam sorte sobre a única propriedade que tinha na terra — sua túnica. Ao morrer foi enterrado em uma tumba emprestada por piedade de um amigo. Dezenove longos séculos são passados e hoje ele e a personalidade central da raça humana e líder da civilização moderna. Todos os exércitos deste mundo, todas as frotas que já se construíram, todos os parlamentos que já se reuniram, assim como todos os reis que já reinaram, postos todos juntos, não influíram tão poderosamente na vida da humanidade como o fez esta vida singular. Jesus Cristo!”

Bom Natal e feliz Ano Novo!

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evaldo Gonçalves.

**O SR. EVALDO GONÇALVES** (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos hoje praticando encerrando nossas atividades legislativas do ano de

1988. Poderíamos até afirmar que trabalhamos e fizemos muito, que estamos todos com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Todavia, mesmo merecendo — como estamos a merecer — o devido recesso, preocupa-nos não termos regulamentado determinados dispositivos da nova Carta Magna. Muitos estão ainda passíveis de regulamentação e disciplinamento, e um deles versa sobre os recursos que deveriam ser destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como forma de diminuirmos os desníveis regionais e fazermos com que aquelas regiões subdesenvolvidas também possam participar do processo de desenvolvimento por que passam as outras áreas deste País. Então, não podemos perder tempo na regulamentação desse dispositivo que destina vultosos recursos para solucionar os problemas que estão afligindo seriamente a nossa região nordestina e outras áreas subdesenvolvidas do País

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Congressistas, diz o art. 159, inciso I, letra e, da nova Constituição, que da Receita Tributária da União três por cento serão “aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer”.

Temos aí um dispositivo constitucional da maior importância em favor das regiões subdesenvolvidas do País, recebendo um tratamento diferenciado com vistas ao estabelecimento do equilíbrio nacional. Disposição idêntica já constava da Constituição de 1946, e graças a ela se faz algum esforço em favor dos desníveis regionais, complementado ao longo do tempo com outras iniciativas. Lamentavelmente, o estímulo desapareceu, somente agora sendo restabelecido, ampliando-se os seus benefícios às regiões Norte e Centro-Oeste do País.

Há ainda um ponto a ressaltar: é que o dispositivo, em tão boa hora acolhido pela Assembléia Nacional Constituinte precisa de regulamentação, ou seja, aprovação, pelo Congresso Nacional, de lei ordinária que discipline a sua utilização. Isto vai demorar e exige de todos os representantes das áreas beneficiadas uma vigilância e um trabalho dos mais exaustivos, a fim de que tão importante conquista realmente se efetive.

De minha parte, considero que a reincorporação desse dispositivo em favor do Nordeste se constitui numa grave vitória, desde que foi da minha iniciativa, em todas as fases de elaboração constitucional, a emenda, visando à sua aprovação.

Tenho, por isso mesmo, uma grande responsabilidade, agora, quando da etapa de sua competente regulamentação, não permitindo que seus objetivos sejam desvirtuados ou seus efeitos retardados. Não se pode conviver por mais tempo com duas realidades, diametralmente opostas: uma rica e próspera, outra miserável e decadente, dentro das nossas fronteiras geográficas. Tais distorções haverão de desaparecer, sob pena de sucumbir a própria civilização brasileira. Já não é sem tempo que deverá ser abolido tão degradante colonialismo interno, em que se compromete a cada dia o futuro desta Nação. Fala-se tanto em

liberdade, sem que se valorize um dos seus pressupostos básicos, que é a igualdade de oportunidade para todos.

Tal não ocorre neste País, de brasileiros nascidos dos mais diferentes *status*, sendo impossível, desde o início, uma convivência em absoluta igualdade de condições. Urge o fim dessas odiosas desigualdades que se arrastam através dos tempos sem solução iminente. O texto constitucional em vigor enseja novas esperanças de solução, apenas anuviadas ante a perspectiva de demora da sua regulamentação. Dentro dessa mesma orientação de valorizar o Nordeste, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que manda aplicar, no Nordeste, 50% dos recursos destinados à irrigação, por parte da União, preferencialmente no semi-árido, com uma vantagem sobre o outro: não é possível de regulamentação. O dispositivo em favor da irrigação é auto-aplicável e independente de lei complementar ou ordinária.

Isto assegura meios disponíveis para se fazer a grande revolução no Nordeste. Água represada se tem em abundância, em todos os estados da região. O que falta é a democratização do uso dos mananciais existentes. A água acumulada não tem tido função social. Quando muito, vem-se prestando aos serviços de abastecimento d'água urbanos, ou à piscicultura. Para a irrigação, dispomos de pouquíssimos projetos em execução. A causa de tanto descalço com relação ao uso da água represada se atribui à falta de recursos. Ao que se alega, são custosíssimos os projetos de irrigação. Há necessidade de muito dinheiro para a sua execução. Esta é a explicação para solução tão definitiva para os nossos problemas, em termos de desenvolvimento no Nordeste. Agora, sim, com essa destinação constitucional, o perfil da nossa economia primária tende a se modificar para melhor, a partir do momento em que recursos significativos passarem a ser investidos na irrigação do Nordeste. O que sempre nos faltou foi uma vontade política em favor da região. Por sermos pobres e não termos decisão política, ficávamos permanentemente nesse círculo vicioso: éramos pobres por não decidirmos. Não decidíamos porque éramos pobres. Com o dispositivo constitucional suprimos essa ausência de poder político. O de que se deve cuidar é de que não haja nenhuma manobra tendente e elidir tão importante conquista, nem minimizar os seus efeitos benéficos. Isto, assim. Estamos vigilantes na defesa do Nordeste e da Paraíba. Esses recursos são sagrados e têm uma destinação das mais nobres. Não podem ser desviados, muito menos esvaziados, como acontecera com os incentivos da Sudene, que, de tão diversificados, perderam a sua eficácia e objetivos.

Temos compromissos com o desenvolvimento do Nordeste. Em nome dessa consideração é que, logo cedo, na elaboração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, lutamos pela criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, que cuidaria exatamente dos nossos desequilíbrios econômicos e sociais. Não tivemos êxito. Todavia, conseguimos inscrever na nova Constituição brasileira conquistas importantes em favor do Nordeste. A luta agora é para a operacionalização desses avanços, a fim de que os objetivos sejam atingidos, no menor espaço de tempo.

Façamos fé nessa tarefa, que é, sobretudo, de salvação nacional, antes mesmo de se constituir de interesse eminentemente regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edmilson Valentim.

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (PC do B — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aproveitamos a oportunidade para desejar a todos desta Casa, parlamentares e funcionários, um bom Natal e um ano-novo que traga realmente muitas esperanças — acredito que esta é a vontade do povo brasileiro — no que tange à melhoria de condição de vida.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a realidade, no ano que termina, ainda é dura e cruel, principalmente para os trabalhadores e as camadas mais sofridas do povo.

Assistimos hoje pela manhã, no “Bom Dia, Brasil”, à colocação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Sr. Luís Antônio Medeiros, com relação ao pacto social, no qual os próprios participantes nunca acreditaram como solução para o problema da inflação, do alto custo de vida e outras questões econômicas do País. Viu-se claramente, pelas declarações desse sindicalista, que ele se notabiliza por posições cada vez mais próximas às do grande empresário nacional, apesar de sua tentativa de fugir, ou de dizer que não tem qualquer compromisso com os rumos que toma o pacto social. Não é por menos, pois, no que diz respeito ao combate à inflação, ao resgate do nível salarial dos trabalhadores, ao combate à carestia, este pacto não trouxe soluções concretas até agora. Isto ocorreu porque não foram tocadas nele as questões principais que afetam a economia brasileira, como a dívida externa, a soberania nacional e a reforma agrária, entre outras.

O que queremos trazer à luz e ao mesmo tempo divulgar é que este pacto não tem condições de dar certo por outro motivo. Ontem, o **Jornal do Brasil** divulgou que o Sr. Amauri Temporal, presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil, e que se senta à mesa do pacto social, cujo objetivo seria o de conter a inflação e reduzir o déficit público, é proprietário de uma empresa devedora à Receita Federal de cerca de 480 milhões de cruzados.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que autoridade moral tem este senhor para discutir os problemas da economia do nosso País, quando, isoladamente, a sua empresa — e tenho certeza que diversas outras — contribui, de maneira objetiva e concreta, para que o déficit público esteja no nível em que se encontra.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer uma denúncia ligada a esta questão. O vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Victor de Araújo Martins, que também participou do pacto social, foi acusado pelo Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo, já que também é presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, por uma série de irregularidades na condução administrativa dessa entidade. Sua resposta foi a suspensão do contrato de trabalho do sindicalista que fez as acusações, o Prof. José Ferreira da Costa. Pedimos a V. Ex.<sup>a</sup> que registre nos Anais da Casa esta denúncia.

Para concluir, acreditamos que o ano que se encerra trouxe muita experiência ao povo brasileiro, através de sua luta em diversos setores — pela moradia, pela conquista de melhores salários, pelo respeito aos seus direitos, pela consolidação da democracia — dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Os brasileiros tentam ampliar seus horizontes e conquistar aquilo que, sem dúvida nenhuma, é o objetivo de um povo: justiça social e condições de vida que atendam aos seus interesses.

Neste ano de 1988, como disse, somamos muita experiência. O novo quadro político formado após as eleições de 1988 é um exemplo disto

Em 1989, muitas batalhas este povo irá enfrentar. Acreditamos que, através da sua participação e da organização da sua luta junto àqueles partidos e forças políticas que têm sensibilidade e compromissos com as mudanças, encontraremos, no próximo ano, o caminho concreto que dará resposta a esses objetivos. E as eleições de 1989 serão oportunidade concreta para criar-se um grande movimento popular que conduza às conquistas de que o nosso País precisa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sólton Borges dos Reis.

**O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por mais precária que seja a situação salarial do magistério deste País, os governos sempre encontram criatividade para agravar as dificuldades econômicas que os professores enfrentaram em toda parte. Assim é que, em São Paulo, o Governo do estado está-se esmerando em piorar a situação salarial desses funcionários. Contra isto, insurge-se a maior entidade regional de professores de toda a América Latina, o Centro do Professorado Paulista. Com seus noventa mil associados, o Centro tem sessenta anos de relevantes serviços prestados à educação, ao ensino e ao magistério, e promoveu a primeira greve dos professores públicos neste País.

Esta entidade marcou também sua luta durante o AI-5, quando colocou nas ruas de São Paulo vinte mil professores, lutando pela paridade de salários junto à Assembléia Legislativa do Estado. Foi ainda a primeira a levar os professores, em massa, à praça pública, enfrentando a Polícia Militar de São Paulo, então comandada pelo Coronel João Baptista de Figueiredo.

No presente momento, essa entidade está tornando público seu protesto contra disposições salariais prejudiciais aos professores do estado, implantadas pela Secretaria da Educação de São Paulo. É o seguinte o teor da nota de protesto tornada pública pelo Centro do Professorado Paulista:

“CENTRO DO  
PROFESSORADO  
PAULISTA

**CPP Protesta**

**Professores ACT vítimas de  
injustiça e discriminação**

A Secretaria de Educação golpeia 122 mil professores ACT ao publicar a resolução de

atribuição de aulas, contrariando o Estatuto do Magistério (art. 45 § 1º).

Ao tomar conhecimento da minuta o CPP encaminhou um ofício ao senhor secretário de Educação reivindicando a atribuição de aulas nos moldes de 1988.

A SE manteve-se intransigente na sua posição, gerando revolta, angústia e intranquilidade entre os professores, às vésperas das férias.

Como se isso não bastasse, o 13º salário dos professores ACT não será pago de acordo com a Constituição (salário de dezembro) e para todo o funcionalismo o 13º salário será pago sem os 15% de reajuste do mês de dezembro

Outra surpresa tiveram os professores ACT quando do recebimento do **hollerith** de dezembro onde foram violentamente discriminados

O CPP exige o cumprimento:

1 — do Estatuto do Magistério, quanto à atribuição de aulas;

2 — da Constituição Federal, quanto ao 13º salário, pagamento das férias com 1/3 a mais e pagamento de 50% sobre a hora extraordinária.”

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Deputado Iturival Nascimento.

**O SR. ITURIVAL NASCIMENTO** (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os resultados das eleições de 15 de novembro apenas vieram confirmar o que muitos estavam vendo, mas insistiam em fingir que não viam, ou seja, que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro sairia desgastado daquele pleito.

Uns agiam assim por conveniência, outros por acreditarem que o PMDB, dado o seu gigantismo, terminaria por dar a volta por cima, outros ainda porque quem quer ver a derrota do partido, já que nele se achavam apenas por estratégia político-eleitoral; finalmente, havia os que silenciaram por covardia política.

Sr. Presidente, estamos no limiar dos festejos de fim de ano e o PMDB continua vítima do mesmo imobilismo e da falta de definição que caracterizaram a sua atuação nos últimos anos, levando ao descontentamento o povo, que o associa ao Governo que, por sua vez, com todo respeito que tenho pelo Presidente Sarney, é um governo impotente diante dos graves problemas sociais e econômicos que afligem a Nação.

Tudo isso está fazendo com que o PMDB seja um partido inteiramente descaracterizado e que não cumpre o seu programa. O mais grave, para nós, é que ele esteja, há vários anos, compactuando com o Governo que aí está, sem apresentar soluções para resolver os problemas que afligem o povo brasileiro.

Tendo em vista a proximidade das eleições presidenciais, cuja campanha começará, sem dúvida, nos primeiros dias de janeiro, já que candidatos de outros partidos encontram-se praticamente em campanha, é preciso que o PMDB se posicione sobre a matéria, razão por que queremos apresentar proposta à direção do partido para que se convoque o Diretório Nacional para a segunda quinzena de janeiro.

Durante essa reunião, Sr. Presidente, que seria uma espécie de pré-convenção, poderíamos ouvir a voz de todos os companheiros do PMDB, principalmente aqueles em condições de candidatar-se à Presidência da República e que têm alguma contribuição a oferecer para tirar o partido do atual imobilismo em que se encontra, o que também seria uma forma de buscar a união partidária, evitando que o PMDB vá dividido para a Convenção Nacional.

Temos as nossas sugestões: entre os nomes de personalidades brasileiras que têm condições morais, políticas e administrativas para apresentar-se perante o eleitorado brasileiro, visando à Presidência da República, permitimo-nos lembrar o nome do honrado Governador de Goiás, Henrique Santillo, que no meu Estado tem realizado um governo transparente, considerado pela imprensa nacional como um dos melhores desta Nação. Henrique Santillo é, inclusive, um dos poucos peemedebistas que conseguiram a vitória no pleito de 15 de novembro próximo passado.

Por isto, proponho ao Diretório Nacional do PMDB que, na sua pré-convenção, a realizar-se na segunda quinzena de janeiro, ouça a proposta desse grande estadista que é o Governador Henrique Antônio Santillo

E pergunto por que não ouvir também outros companheiros do PMDB nacional. Refiro-me particularmente ao Ministro que bateu um recorde de safra no Ministério da Agricultura, Iris Resende Machado, ex-Governador do meu Estado

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de lembrar outros nomes, como os dos Governadores do Paraná e de São Paulo, bem como o do Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães, que teria também o direito de apresentar proposta nesta pré-convenção

Temos que mudar, não podemos mais aceitar que candidaturas sejam impostas de cima para baixo. O PMDB precisa mudar sua maneira de resolver os problemas políticos. Por isto, democraticamente, devemos ouvir todos aqueles que têm condições de candidatar-se à Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, nos últimos dias o Congresso Nacional foi chamado a deliberar sobre uma série de medidas provisórias que se constituem no chamado pacote fiscal. Tive oportunidade, Sr. Presidente, quando da discussão da matéria, de manifestar-me inicialmente sobre a má utilização do instituto das medidas provisórias pelo Poder Executivo. Na sessão de ontem foi aprovada a Medida Provisória n.º 24. Quero dizer da minha inconformidade com tal aprovação, seja em razão da forma como foi apresentada no Congresso Nacional, seja em razão dos excessos que ela contém do ponto de vista substantivo.

Quero aqui reafirmar a minha posição e, mais do que a posição, o meu voto contrário àquelas medidas provisórias aprovadas ontem pelo Congresso Nacional e antecipar que meu voto será contrário à Medida Provisória n.º 21, que será votada hoje pelo Senado da República, uma vez que foi aprovada pela Câmara dos Deputados

Para justificar essa posição, desejo ler dois despatches que recebi sobre a matéria. O primeiro, subscrito pelo presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, Sr. Udo Dohler, diz:

"Exm<sup>o</sup> Sr  
Antônio Carlos Konder Reis  
DD Deputado Federal  
Senhor Deputado,

A recente Medida Provisória n<sup>o</sup> 24, enviada ao Congresso Nacional, transforma os valores dos principais tributos e contribuições (IP, IRF, PIS e Finsocial) em OTN fiscais, vale dizer em valores móveis, alterados diariamente.

Ao mesmo tempo as empresas em geral faturam os bens ou serviços que comercializam em cruzados (valor fixo) e a prazos em medida por volta de trinta a sessenta dias. Essa disparidade entre a moeda que se usa nas relações mercantis e a que passará a ser usada para pagar tributos, influirá, decisivamente, para a destruição do "pacto social" e bem assim de qualquer outra tentativa de se conter a inflação.

Pedimos que V. Ex<sup>a</sup> não acolha esta pretensão. Pedimos que V. Ex<sup>a</sup> use sua autoridade e liderança para fazer ver ao Governo que precisa eliminar o déficit público não pela sistemática elevação da carga tributária, mas sim pela efetiva redução de suas despesas de custeio.

Respeitosas saudações, Udo Dohler, Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina."

No mesmo sentido, Sr. Presidente, recebi telegrama, que incorporo a esta minha manifestação, do presidente da Associação Brasileira de Fundição (Ibifa), Sr. Paulo Roberto Butori, que passo a ler:

"Telex N<sup>o</sup> 1541  
São Paulo, 12-12-88  
Da: Associação Brasileira de Fundição (Abifa)

Para: Deputado Antonio Carlos Konder Reis  
Câmara Deputados — Anexo IV

A sociedade brasileira, em uníssono, através da palavra escrita e falada, por meio de votos e por incontáveis manifestações populares, saudou o advento da nova Constituição como o final do regime autoritário, da falta de transparência e, principalmente, como fim da ditadura tributária, via "pacotes fiscais".

A classe empresarial — setores siderúrgicos e de fundição — recebeu com profunda preocupação o "pacote fiscal" composto de medidas provisórias e projetos de lei, enviados no final do exercício de 1988, para exame do Poder Legislativo, ou seja, sem prazo hábil para que os representantes legislativos escolhidos pelo povo através do voto pudessem examinar todas as consequências advindas de tal "pacote".

O art. 5<sup>o</sup>, do projeto lei que suspende e elimina incentivos fiscais, propõe a revogação da Lei n<sup>o</sup> 7.554/86, o que trará consequências funestas para a indústria nacional, especialmente para as pequenas e médias empresas. Assim, mister se faz que o Poder Legislativo tenha espaço de tempo e, à sua

disposição, informes técnicos exatos dos benefícios e das efetivas consequências de tal diploma legal.

O legislador pátrio não pode ser levado a votar projetos em prazo exíguo e sem o exame de profundidade. Os deputados e senadores, a partir da nova Carta Magna, recuperaram a plenitude da competência do Poder Legislativo, necessária, segundo Montesquieu, para o verdadeiro exercício da vivência democrática. Na consulta a suas bases, o representante eleito deverá equilibrar o grande "pacto social", ou seja, a manifestação democrática de todas as partes envolvidas: poderes executivos, legislativos e a sociedade.

Os tempos de "pacotes fiscais" no exterior do exercício não devem ser desenterrados.

Em consequência, solicitamos a Vossa Excelência que o mencionado projeto de lei tenha andamento normal, abrindo-se espaço para a manifestação do setor industrial envolvido, que, como o Poder Executivo e o Poder Legislativo, precisa ser ouvido, sob pena de se desinstalar a democracia no País. Toda a sociedade, administração e povo buscam o consenso das medidas apropriadas para que o Brasil siga em busca de seu destino.

Atenciosamente, **Paulo Roberto R. Butori**, Presidente,"

Sr. Presidente, a maioria desta Casa, representada pela bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, assumiu grave responsabilidade aprovando as medidas provisórias que constituem o chamado pacote fiscal. Nada justifica que o Congresso Nacional leve os tributos, estabeleça novas formas de pagamento e crie novas dificuldades para o contribuinte, especialmente para os pequenos contribuintes, para as pequenas e médias empresas brasileiras, que já estão assoberbadas com o volume de expediente burocrático que têm de cumprir para atenderem às exigências legais. Agora esse volume cresce não apenas em quantidade mas em complexidade.

Sr. Presidente, não vejo como se possa estabelecer um programa de combate à inflação e ao déficit público aumentando as dificuldades que têm que enfrentar o cada dia os pequenos e médios produtores deste País. Fica registrada, portanto, a minha palavra reiterada de rejeição a essas medidas aprovadas nos últimos dias pelo Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Congressistas, um dos problemas que mais afligem o brasileiro dentre tantos que lhe tiram a indispensável tranquilidade para viver e produzir é o da moradia.

São Paulo, muito especialmente, apresenta uma situação caótica, onde, só na Capital, 40% dos habitantes vivem em cortiços, 10% em favelas e 10% debaixo das pontes ou nas ruas, segundo documento elaborado pelos representantes do Movimento dos Inquilinos Intranquilos, do Creci, da Associação dos Locadores e da OAB-SP, os quais estão empenhados em divulgar suas idéias

e conjuntamente em bater o Projeto de Lei n<sup>o</sup> 476-B, em tramitação no Congresso Nacional, que consideram "paternalista", além de ser uma "ameaça social" e cujo texto tende "a agravar o déficit habitacional", como se pode ver na mesaredeonda promovida pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 11 de dezembro de 1988, pelos representantes das citadas entidades.

O encontro promovido pelo **O Estado** serviu para mostrar que há uma convergência de opiniões, no que concerne a uma proposta visando a equacionar o problema da locação, tanto por parte dos inquilinos quanto pelos locadores. Como acentuou a fundadora do Movimento dos Inquilinos, Maria Elisa Jardim Barbosa, ao abordar a revisão dos aluguéis como uma das formas visando a diminuir o desequilíbrio no mercado de alugueres, pois "leis paternalistas não resolvem o problema... Depois dos ajustes na lei vigente teremos de propor medidas econômicas e financeiras para resolver o problema dentro de alguns anos".

Exatamente por acharem que o substitutivo do Projeto de Lei n<sup>o</sup> 476-B/88, em exame no Congresso Nacional, não resolverá o problema do déficit habitacional, assim como qualquer legislação com as mesmas características, sobretudo em um país com as condições do Brasil, de elevado índice demográfico e crescente urbanização, indaga Roberto Capuano: "De que adiante a legislação protecionista se não houver imóvel para alugar?" Daí a inutilidade de se discutir "tetos para aluguel, participação do inquilino em reuniões de condôminos ou leis de luvas". O que é preciso, lembra o presidente do Creci-SP, é "estimular a oferta" e evitar qualquer "tabelamento", por inútil, pois "sempre surgirá um caminho para se fugir à regra" e, conseqüentemente, uma nova lei para regular a nova situação sem, de fato, atacar a questão essencial da moradia, que Capuano chama de "idéia central" e que, segundo ele, "foi novamente esquecida no projeto em tramitação". Ao tratar da "locação social", salienta que "numa ponta, determina-se o reajuste do aluguel com base na variação do salário mínimo de referência, abaixo, portanto, da inflação; noutra ponta prevê-se a volta de denúncia vazia para imóveis novos". "Então" — conclui Capuano — "esses imóveis novos vão ser produzidos fora da faixa da locação social".

João Marcos Flaquer, Presidente e fundador da Associação dos Locadores, prevê um colapso no setor de locações diante do que estipula o art. 1<sup>o</sup> do referido substitutivo e lembra que a locação "é uma atividade segura e tende ainda a tornar-se mais arriscada com as regras propostas no Projeto 476-B/88".

Em face dessa situação desalentadora que está provocando o substitutivo em exame é que o representante da OAB-SP, Rubens Approbato Machado, lembra necessidade do restabelecimento do "equilíbrio entre locador e locatário", o que na prática vem a ser a restauração, independentemente de ação judicial, da "relação original entre o valor do aluguel e o valor da OTN no caso das locações iniciadas antes de 28 de fevereiro de 1986".

Com se vê, Sr. Presidente, há uma justificada preocupação por parte de locadores e inquilinos, bem como da nobre classe de advogados, com o projeto de lei ora em exame no Congresso Na-

cional e o receio de que o mesmo não venha a resolver o problema das locações e, o que é pior, possa levar o mercado a retrair-se quanto a novas locações ou renovações, o que virá, conseqüentemente, a agravar ainda mais o problema habitacional brasileiro, que já apresenta elevado déficit de unidades para locação e/ou venda

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adolfo Oliveira.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há vinte anos tivemos oportunidade de denunciar a esta Casa e ao País manobras internacionais objetivando à internacionalização da Amazônia.

Trouxe um dossiê completo a propósito de seminário que se realizou no Hudson Institute, nos Estados Unidos, dirigido pelo falecido professor Hermann Kahn. Cogitava-se, naquela época, de inundar vastíssima área da Amazônia, para que, através de um lago, fossem obtidas vantagens para o verdadeiro condomínio internacional que se apoderaria daquela extraordinária região do nosso País.

Houve o despertar da consciência nacional mesmo naquela época — 1968 — houve a atuação decisiva de militares nacionalistas, e tudo aquilo foi por água abaixo, não se consumando a terrível ameaça.

Sr. Presidente, é inacreditável que, vinte anos depois, volte a surgir, de maneira objetiva, ameaça à nossa soberania e à nossa dignidade como país, como povo, como nação.

Revista das mais importantes, publicação muito cuidada, **Afinal**, número datado de 13 de dezembro, contém matéria, na sua última página, intitulada "Uma Proposta para Salvar o Futuro da Amazônia". A matéria é assinada por um engenheiro residente em Belo Horizonte. "A proposta para salvar o futuro da Amazônia", entre aspas, "é inconcebível". Propõe-se nessa matéria que o Brasil, pura e simplesmente, venda a Amazônia por 250 bilhões de dólares. A Amazônia, segundo a matéria, passaria a ser administrada por um condomínio de países estrangeiros. Isso seria uma verdadeira alucinação, se não reproduzisse um propósito que se explicita através de estranho cuidado, estranha preocupação de países estrangeiros com a defesa da ecologia, com a defesa da Amazônia.

Ora, ninguém mais do que nós, brasileiros, sabe e pode defender não só a ecologia mas também — é preciso que se lembre disso — a imensa riqueza que se contém no subsolo dessa valiosa parte do território nacional.

Sr. Presidente, queremos registrar nosso protesto contra a ressurreição dessas ameaças, trazer nossa integral solidariedade à população amazônica e dizer aqui que, na defesa da soberania do Brasil e dos nossos direitos irretorquíveis e inalienáveis, estaremos, nesta tribuna, certamente ao lado de todos os companheiros que têm o privilégio de representar os territórios e os estados localizados nessa vasta, importante e extraordinária parcela indivisível do território brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaury Müller.

**O SR. AMAURY MÜLLER** (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, o novo texto constitucional, no inciso IX do art 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais, proclama que:

"IX — é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença."

Pois bem, Sr. Presidente, embora o noticiário da mídia escrita e eletrônica tenha sido muito pobre e muito escasso a respeito do assunto, sabe-se que, ontem, policiais militares do Exército cometeram arbitrariedades e violências contra jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos em cerimônia realizada na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Quero deplorar esse episódio, exatamente quando a livre expressão do pensamento e da comunicação está sendo obstada pela manifestação atrabiliária de quem é pago para manter a ordem e cumprir a Constituição.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, por ser esta, possivelmente, a última reunião do Congresso Nacional, quero cobrar de V. Ex<sup>a</sup> — que tem o raciocínio tão rápido quanto a velocidade da luz e é, igualmente, rápido no gatilho para decisões importantes como a que aconteceu dias atrás, a respeito do Orçamento da União — uma solução hoje, se possível já e agora, sobre o requerimento que encaminhei há dias à Presidência da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, se comprometeu em manter contato com a Presidência do Senado sobre os absurdos, as injúrias, as difamações e as calúnias veiculadas pelo jornalista Alexandre Garcia no "Jornal Nacional" da Rede Globo, na semana passada, a respeito dos subsídios dos parlamentares. Baseei-me na própria Constituição que, no inciso V do art 5º, assegura o direito de resposta proporcional ao agravo.

Ora, Sr. Presidente, estamos virtualmente entrando em recesso, e este assunto, que constitui ponto de honra para o Congresso Nacional, na medida em que sua dignidade foi atingida injustamente, precisa ter uma solução. Meu requerimento foi encaminhado a semana passada, insisto em dizer, e o Presidente Ulysses Guimarães assumiu o compromisso de tratar do assunto pessoalmente com o Presidente Humberto Lucena, a fim de que ambos, em nome do Congresso Nacional, pudessem dar uma solução ao problema.

Continuo achando que não podemos impedir as manifestações livres de pensamento quando sérias, quando fundamentadas na verdade dos fatos, mas, quando há distorções e deformações, não podemos calar-nos, porque essa omissão é criminosa, e um pecado sem remissão. Fica, pois, um alerta e a minha cobrança para que esse assunto tenha definição hoje, se possível, antes que entremos em recesso parlamentar.

Por outro lado, gostaria de lamentar também a atitude adotada pelos governos de Israel e dos Estados Unidos frente à proposta de paz explicitada pelo líder e comandante Yasser Arafat na Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Genebra.

O Oriente Médio é um barril de atomos e poderá ser o começo de uma hecatombe universal que varrerá o homem da face da terra. Os palestinos lutam por um território onde possam viver, onde possam construir sua vida e sua história. Não

são terroristas, como disse o embaixador de Israel na ONU. Lutam apenas por um direito à vida, que é um direito fundamental — e esse direito so pode materializar-se na medida em que uma nação tenha território definido, com fronteiras definidas. A proposta de paz, chamando o governo israelense, o Likud fascista e direitista, para a mesa de negociações nada tem de terrorista. Ao contrário, não é a paz do Santo Sepulcro, caído por fora e podre por dentro, a verdadeira paz que poderia evitar que o mundo se envolva num conflito generalizado.

Por isso, Sr. Presidente, continuo achando que a arrogância dos que dominam militarmente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza não pode senão receber a reprovação do mundo que quer uma paz duradoura e permanente.

Sr. Presidente, quero uma vez mais declarar que fui contra, e continuo sendo o saque que se perpetua ontem, aqui, contra o desprotegido contribuinte. Ao aprovar medida absolutamente inconstitucional, porque caracteriza a bitributação, a Câmara dos Deputados cometeu equívoco lamentável. O Governo vai executar o Orçamento, no ano que vem, e ha recursos orçamentários para recuperação da malha rodoviária do País. Se esses recursos forem insuficientes, ainda há um mecanismo constitucional, contido nas Disposições Transitorias, art. 29, que permite a revisão orçamentária pelo Congresso Nacional, a fim de que esse setor, tão vulnerável hoje, possa ser dotado de maiores recursos para promover a recuperação das rodovias federais deste País. Quero registrar o meu voto contrário e a minha indignação ante a aprovação dessa matéria, ante esse atentado contra o próprio texto constitucional.

Para encerrar, Sr. Presidente, já que estamos tão próximos do santo Natal, gostaria de formular aos companheiros da Câmara e do Senado, com os quais concordei e dos quais discordo democrática e legitimamente, os melhores, mais calorosos e sinceros votos de um feliz Natal e venturoso Ano Novo, votos extensivos aos funcionários das duas Casas, desde o mais humilde ao mais importante diretor, aos jornalistas que fazem cotidianamente a cobertura dos trabalhos legislativos. A todos aqueles que se sentindo povo entendem ser esta Casa uma caixa de ressonância das grandes aspirações populares, por aqui transitando na esperança de verem atendidos seus mais legítimos direitos, o santo Natal possa inspirar — governantes e governados, empresários e trabalhadores, latifundiários e agricultores sem terra, donas-de-casa, estudantes com escola e sem escola, todos os brasileiros, para que possamos juntos, irmanados, lutar para a reconstrução do País, eliminando de uma vez todas as ameaças contra a estabilidade institucional e política do Brasil, contra as tutelas distarçadas e ostensivas, contra a fome, a miséria e a doença, contra o analfabetismo, contra a submissão do homem ao homem. Que o Natal inspire a todos nós para que possamos construir uma sociedade solidária, mais livre, mais limpa, mais igualitária, mais justa, mais humana e sobretudo mais cristã. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Wilson Campos

**O SR. WILSON CAMPOS** (PMDB — PE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>

e Srs. Congressistas, mais uma vez ao final do ano, quando deveríamos estar aqui num dia de conagração e de paz, meu Estado vê-se numa deplorável situação em razão de medidas baixadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, hoje com novo Presidente que conhece as dificuldades do Nordeste, pois mesmo sendo paulista e ex-Deputado, trabalhava numa indústria pernambucana.

Numa comissão interpartidária, deputados e senadores estivemos em conversa com S. S\*, que se dizia preocupado com a situação de Pernambuco e de Alagoas, que empregam, na indústria do açúcar e do álcool, 500 mil pessoas, diretamente atingindo quase dois milhões de dependentes. Abruptamente, ontem ou anteontem, S. S\* determinou, por meio de ato normativo, redução da produção do açúcar em Pernambuco e em Alagoas, para aumentar a produtividade do álcool, que, muitas vezes, foi dito maisinado. Mas para nós chegou em boa hora, em 1974, quando foi instituído o Proálcool, porque o Brasil não tinha divisas para comprar petróleo. Hoje seu presidente determina essa medida, quando o açúcar é tabelado pelo IAA e, na maioria das vezes, em condições de excepcionalidade, pois a Fundação Getúlio Vargas e as duas outras comissões determinam o preço, vem a redução da metade do preço encontrado para a venda.

Ao final do ano, queria pedir com humildade ao Sr. Presidente da República — que, parece, só veio para o Governo para punir a região que lhe serviu de berço, o Nordeste, aumentando-lhe a fome, querendo desgraçá-la mais ainda, quando devemos dar-nos as mãos num gesto de conagração, bem como ao Presidente do IAA que determina de imediato a revogação das medidas que vão punir o Nordeste, deixando desempregados humildes operários em Pernambuco e em Alagoas

Ao concluir, Sr. Presidente, num ato de reflexão, como já fizeram outros companheiros, quero louvar a caminhada que fizemos juntos durante dois anos de trabalho na Constituinte, para elaborar a Constituição que vem sendo desrespeitada pelo próprio Governo. Desejo destacar que o convívio de dois anos foi salutar, já que na minha idade continuo aprendendo com os companheiros e com os funcionários desta Casa, que também nos ajudam. Portanto, quero dizer a todos — a V. Ex\*, Sr. Presidente, que presidiu esta Casa com coragem em vários episódios, durante discussões, aqui, aos meus colegas congressistas, principalmente aos companheiros deputados federais, e aos funcionários desta Casa — que parto para meu Estado na certeza de que Deus haverá de iluminar a todos, e que tenhamos um feliz Natal e um próspero Ano-Novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Facioni

**O Sr. Lysâneas Maciel** Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a anuência do orador que está com a palavra, concedo a palavra a V. Ex\*

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL** (PDT — RJ Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem assistido a várias coisas vexatórias

e humilhantes, no decorrer da chamada Nova República, que demonstram que os tempos não mudaram muito desde o tempo da ditadura militar

Sucedeu um episódio, na tarde de ontem, amplamente relatado pelos jornais, e este Congresso eventualmente há de tomar uma decisão em relação ao ocorrido.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o relato é do **Jornal do Brasil** e diz:

“Durante a comemoração da formatura dos 134 estagiários de 1988 da Escola Superior de Guerra (ESG), no Riocentro, o fotógrafo Sérgio Marques, do jornal **O Globo**, foi agredido por soldados da Polícia da Aeronáutica, agentes de segurança da escola vestidos à paisana e um coronel do Exército não identificado, que trajava uniforme de gala. Sérgio Marques desmaiou e teve tremores no corpo por quase dez minutos, a poucos metros do local onde quatro ministros militares participavam de um coquetel.

Os agentes e soldados agrediram Sérgio Marques porque ele os fotografou quando empurravam quatro repórteres que haviam sido convidados pelos ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, a participar do coquetel, no primeiro andar do centro de convenções. O ministro Moreira Lima prometera dar entrevista após o coquetel.

**Gravata** — Assim que os dois ministros se afastaram dos repórteres, vários agentes se aproximaram e um deles, o cabo da Aeronáutica Barcelos, agente de segurança lotado na ESG, começou a empurrá-los pelos ombros e pela cintura. Quando perceberam que eram fotografados, os agentes e soldados da Aeronáutica cercaram Sérgio; o soldado da Aeronáutica Clarindo, que vestia terno bege claro, imobilizou-o com uma gravata, enquanto os outros agentes arrancavam-lhe a máquina fotográfica e o cabo Barcelos velava o filme. Também foi apreendida a fita cassete da repórter Sílvia Noronha, da Rádio Globo.

Sérgio contou depois que um oficial do Exército aproximou-se e apertou-lhe o pescoço com força. O fotógrafo de **O Globo** desmaiou e ficou caído no chão, tremendo, próximo ao local onde a banda do Batalhão de Guardas entoava “Moonlight Serenade”, de Glenn Muller, o maestro que alegrava os soldados do Exército norte-americano na Segunda Guerra Mundial.

**Canapés** — Como se nada anormal estivesse acontecendo, os garçons continuavam servindo canapés. No meio da confusão, foi derrubada uma bandeja com salgadinhos. Depois de algum tempo apareceu a enfermeira Elza, que se identificou como major do Exército e tentou reanimar Sérgio. A médica Fátima Pires, grávida de oito meses e filha de um dos formandos, ajudou Elza.

Procurado pelos repórteres quando Sérgio era agredido, o ministro Leônidas Pires Gonçalves negou-se a intervir. “Vocês devem ter feito alguma coisa, e isso não é uma coisa para o meu tamanho”, disse. Além de Leônidas e de Moreira Lima, estavam no coquetel

os ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e do Estado-Maior das Forças Armadas — ao qual está subordinada a ESG —, almirante Valbert Lisieux de Medeiros. Também estava na solenidade o general da reserva Sílvio Frota, que em 1977, na crise da sucessão, foi demitido do Ministro do Exército pelo então presidente Ernesto Geisel.

**“Equivoco”** — O comandante da ESG, general Oswaldo Oliva, lamentou o episódio e garantiu que “isso não vai mais acontecer”. Disse que ocorreu um “equivoco”, porque “havia uma norma para a segurança de que os jornalistas não subissem para o coquetel, e o ministro convidou os jornalistas e não avisou à segurança do convite”. O general Oliva admitiu que “os soldados cumpriram as suas ordens com um excesso de zelo que não é desejável”.

O fotógrafo Sérgio Marques foi atendido no Hospital Miguel Couto. No diagnóstico assinado pelo ortopedista Clemente Rodrigues consta que ele sofreu contusões na região cervical e no hemitórax esquerdo. Marques relatou o caso para o detetive Albes, plantonista do Miguel Couto, que registrou a ocorrência na 16ª Delegacia (Barra).”

Sr. Presidente, os Ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha estavam presentes àquele coquetel. O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, procurado, disse o seguinte: “Vocês devem ter feito alguma coisa. Isso não é para o meu tamanho.”

Sr. Presidente, o que o Congresso Nacional tem a ver com isso? Um claro cerceamento de reportagem convidada para assistir a uma solenidade? O Congresso Nacional não pode assistir, sem um protesto formal, a uma agressão ao exercício normal e regular de uma formatura. Este Congresso Nacional não pode assistir a gestos peculiares da ditadura, que terminou, e não pode ficar indiferente e passivo diante desse acontecimento.

Procurado, repito, o Sr. Ministro do Exército disse que não era coisa o seu tamanho e que os repórteres e jornalistas deviam ter feito alguma coisa. Ora, Sr. Presidente, isso demonstra que os tempos não estão mudados, apesar dos dispositivos constitucionais que asseguram a liberdade de imprensa e que ninguém pode ser espancado nem torturado. Mas o repórter ficou tremendo no chão, sendo socorrido, depois, por vários médicos. Será que aquele dispositivo sobre a ditadura, sobre a violência, que imprimimos na Constituição, de nada vale?

Esta questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido de que a Mesa do Congresso Nacional, através dos seus canais competentes, lance um veemente protesto contra essa agressão que fere os princípios constitucionais que não permitem a ditadura, a violência e que asseguram a liberdade de imprensa.

Comunico a esta Mesa que o mesmo General Leônidas, que se negou a intervir, dizendo “Vocês devem ter feito alguma coisa e isso não é coisa do meu tamanho”, declarou, no rodapé da notícia, o seguinte: “Se as forças do centro entenderem que meu nome será uma solução para este país, não me furtarei a esta obrigação”. Isso porque há um Senador que defende essa hipótese. Parece, então, que esta coisa não nos diz respeito,

não é coisa para o tamanho do General Leônidas Pires Gonçalves, mais para o tamanho e as responsabilidades deste Congresso Nacional, através da Mesa Diretora

É a questão de ordem que estou submetendo à apreciação da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Deputado Lysâneas Maciel, não se trata de uma questão de ordem que possa ser resolvida pela Mesa e, sim, de uma Comunicação de Liderança, que V. Ex.<sup>a</sup> já fez e está registrada em Ata. Por outro lado, a Presidência entende que o Poder Legislativo não pode protestar, pode decidir. Portanto, não cabe manifestação de repúdio ou de qualquer outra ordem. Cabe ao Poder Legislativo decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

**O SR. VICTOR FACCIONI** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, disse muito bem V. Ex.<sup>a</sup> que o papel do Poder Legislativo é o de decidir. E está decidido. Só que, lamentavelmente, o Poder Legislativo está decidindo exatamente na linha do Poder Executivo, que compromete qualquer possibilidade de ajustamento da economia. E esse é o relato que desejo fazer neste final de ano legislativo, secundando manifestação feita pelo nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, quando traduzia o protesto de entidades empresariais do seu Estado contra medidas propostas, através do ajuste fiscal, pelo Governo ao Congresso Nacional, quase todas aprovadas em sessão de ontem nesta Casa.

Sr. Presidente, é hora de o Governo tomar decisões positivas e o Legislativo contribuir para isso, negando ao Executivo aquelas medidas provisórias, que atentam contra o reordenamento da economia. O Governo, que se diz comprometido com o pacto social, na verdade o está sabotando. Só que ele não se está dando conta do suicídio que está cometendo, arrastando consigo, lamentavelmente, o Congresso Nacional, porque a maioria parlamentar deste Congresso tem acordado com essas decisões.

Ainda ontem, o Congresso Nacional, ao aprovar três das quatro medidas provisórias, inclusive o ajuste fiscal, elevou a arrecadação em mais de quatro bilhões de dólares, o que significa mais de quatro trilhões de cruzados que serão pagos pelo contribuinte. Esse dinheiro sairá do bolso do contribuinte para o bolso do Governo. E no bolso do Governo — lamentavelmente, pela repetição diária de escândalos e mais escândalos de corrupção que vêm a público pela imprensa nacional, como os agora denunciados na área da Petrobrás Distribuidora — se esvaem os recursos públicos.

Isso tudo aumenta a inflação, comprometendo a luta contra ela, onerando o custo de vida. E para completar esse quadro de decisões equivocadas, contra os interesses do povo brasileiro, do Governo e do Congresso Nacional, onde o Governo tem maioria, ontem a Câmara dos Deputados aprovou também o projeto que cria o pedágio nas estradas federais do Brasil. Quero deixar claro, mais uma vez, que o Congresso Nacional aprovou essas medidas contra o nosso voto e

com o nosso protesto, porquanto não poderemos pactuar com decisões como essas, que atentam, efetivamente, contra o reordenamento da economia e o estancamento da inflação. Pelo contrário, estão-nos levando à hiperinflação.

É preciso que fiquem claras as responsabilidades. O PMDB, que diz que nada tem a ver com o Governo, é maioria no Congresso Nacional, e votou e comandou o processo de aprovação de ajustes na área tributária, que equivalem ao aumento de impostos. Entre esses ajustes, inclusive, está a otenização da cobrança dos impostos. Isso equivale a um aumento da alíquota do imposto da ordem de 20 a 30% ao mês, ou mais, Sr. Presidente. Pois bem, é preciso que fique clara também a nossa posição contrária ao pedágio nas estradas federais. O contribuinte paga o (IPVA) Imposto sobre Veículos Automotores. Terá ele agora de pagar um pedágio para um uso hipotético de rodovias federais, equivalendo a mais uma arrecadação de 500 milhões de dólares? Dirão. O DNER precisa de recursos para conservar e recuperar estradas ou construí-las. Bastava o Congresso Nacional ter destinado os recursos concedidos à Ferrovia Norte-Sul que não é prioridade nacional — para as prioridades da recuperação da malha rodoviária federal. É uma questão de prioridade orçamentária. O mesmo Congresso, que negou recursos ao DNER, os deu à Ferrovia Norte-Sul e, depois, foi buscar os recursos para DNER na criação de um pedágio que é inconstitucional. Já disse aqui, ontem, que o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio Grande do Sul vai entrar na Justiça contra a inconstitucionalidade dessa decisão, caso ela venha a ser aprovada pelo Senado da República.

Espero ainda que, no Senado da República, os Srs. Senadores meditem e neguem aprovação à instituição do pedágio, como fizeram ontem, ao negar **quorum** na votação da última medida provisória, que estava em apreciação no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, da maneira pela qual o Governo e a sua maioria parlamentar no Congresso Nacional se estão conduzindo, estamos efetivamente indo céleres para a hiperinflação. De nada adianta o concurso de empresários e trabalhadores no pacto social se não houver a cooperação do Governo, principal e único responsável pelo processo inflacionário. Chega de criar a ilusão de que são os empresários que criam inflação. Não, o remarcação de preços no comércio, na indústria e na produção é consequência, e não causa, do processo inflacionário. A causa do processo inflacionário está, única e exclusivamente, no Governo. Vamos estancar o Governo, inclusive os governos estaduais, que agora estão anunciando a elevação também da carga tributária, com as atribuições que lhe foram dadas pela nova Constituição.

Sr. Presidente, ao concluir, lamento que os Constituintes estejam sendo traídos. Tivemos a ilusão de que, ao fazermos a reforma tributária, estávamos descentralizando recursos. Na verdade, acabamos dando um cheque em branco do Governo Federal e aos governos estaduais, estes também do PMDB, que estão agora, no Confaz, elevando a carga tributária, comprometendo a política agrícola nacional, a política nacional de abastecimento e, inclusive, o combate à inflação.

Era este o registro que tínhamos a fazer, lamentando que, ao final do ano legislativo, não possa-

mos estar aqui para registrar decisões positivas, para almejar, não apenas no desejo mas também na probabilidade, que se concretize um ano melhor, porque o ano que acaba está construindo desde logo o comprometimento das possibilidades de um ano melhor para 1989.

Apesar disso, Sr. Presidente, temos que continuar na luta, para que possamos amenizar pelo menos o impacto de medidas com essas, que, lamentavelmente — oxalá esteja eu errado — poderão nos conduzir à hiperinflação em 1989, o que equivalerá ao caos na economia, na vida política e na vida social do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Milton Reis.

**O SR. MILTON REIS** (PMDB — MG) — Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup>, e Srs. Congressistas, a história registra exemplos segundo os quais a hiperinflação não corrói apenas a economia de um país, mas, e ainda, as próprias instituições democráticas. O exemplo mais triste, mais frisante é o da Alemanha. A República de Weimar, talvez a mais bem constituída como monumento jurídico, entretanto, não resistiu à hiperinflação, resultante do Tratado de Versalhes, que obrigava a Alemanha a pagar pesados encargos de guerra à França e à Inglaterra. Hitler, viu na inflação e depois na hiperinflação, e suas consequências, o túnel do desespero do povo alemão, e a possibilidade de fundar um partido, o Nacional-Socialista, e pouco a pouco, em cima da hiperinflação, fez o seu partido crescer a ponto de ter sido nomeado Chanceler do Reich e, com a morte do então Presidente da Alemanha, Marechal Hindenburg, assumiu a Presidência da República. Pouco tempo depois, mandou colocar fogo no Reichstag, o Parlamento alemão, como primeira ação vandálica e destrutiva, das muitas que praticou. E, no simbolismo trágico daquele gesto, as instituições alemãs foram queimadas para sempre, em todo o período em que foi o Líder do povo alemão.

É necessário, pois, que todos nós, Governo e sociedade, como um todo, envidemos esforços para impedir a hiperinflação. Ainda ontem, participei, em nome do PMDB, de uma reunião do denominado pacto social, e lá estavam, de um lado, líderes sindicais, entre os quais destaco Luiz Antônio Medeiros e Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, e, do outro lado, os líderes empresariais mais importantes do País. Posteriormente, o Governo se fez representar nessa aliança, que se tornou tripartite

Nós, Congressistas, pela primeira vez participamos de uma reunião do pacto. Estou convencido de que é mister que todos devamos ajudar, no sentido de que ele possa cumprir a sua missão, obrigando o Governo a tomar as providências que se fazem necessárias, não apenas aquelas que versam sobre o déficit público, mas também sobre a privatização de empresas, sobre a moralidade administrativa, sobre uma política fiscal mais rigorosa, objetivando evitar incrementar ainda mais, a inflação.

Estou convencido de que o combate à inflação é dever de todos. Tem de haver uma consciência coletiva do problema. A inflação tem muitos elementos que contribuem para que, cada vez mais, ela se estratifique e se expanda, não apenas o déficit público, não somente a dívida externa, com

os pesados encargos que acarretam ao Brasil. Talvez a dívida externa seja a causa maior da inflação, porém muitos outros elementos com ela colaboram. Por isso, é necessário que prestigie-mos o pacto social, a fim de que possamos ajudar — não resolver, mas ajudar — a evitar uma hiperinflação.

Desta maneira, venho à tribuna, no último dia deste ano legislativo, para dizer ao povo brasileiro que é preciso que ele seja o vigia, o fiscal dos preços, que ele nos auxilie não comprando as mercadorias que estão sendo vendidas a preços mais altos do que o normal. Os líderes sindicais e os empresários — não todos, o que é lamentável — estão efetivamente empenhados em colaborar para que evitemos a hiperinflação, mas, repito, é mister que haja uma conscientização do povo brasileiro, para que possamos atingir nossos objetivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Doreto Campanari.

**O SR. DORETO CAMPANARI** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, os principais reajustes de preços, nos últimos dias, atingem os dez principais produtos e serviços, num crescimento da ordem de trinta e quatro vírgula quatorze por cento (34%), o que faz acreditar numa inflação entre vinte e seis a trinta por cento com o aumento dos preços da carne, do arroz, do feijão, do milho, das frutas e hortaliças.

Que os cigarros aumentem em trinta e cinco por cento é compreensível e aceitável, quando o Governo faz uma campanha nacional contra o consumo do fumo, comprovadamente cancerígeno e agravante de cardiopatias graves, responsável indireto por alto índice de mortalidade de adultos. Já o aumento de trinta e cinco por cento no preço do leite é mais difícil de compreender e suportar, embora se reconheça que a pecuária carece de preços compensadores para sua sobrevivência, depois de muitos anos de venda do produto abaixo do preço de custo.

Quando à subida do preço do trigo em vinte e quatro por cento se aceita se o custo do milho e da farinha de mandioca — seus sucedâneos — não subisse igualmente.

O pior de tudo ocorre com os preços públicos. As tarifas telefônicas aumentaram em mais de vinte e quatro por cento, enquanto o recorde da última semana coube às tarifas postais e telegráficas, com um acréscimo de cerca de vinte e sete por cento.

Se os tubos de PVC, essenciais à indústria de construção civil e aos serviços de fornecimento de água e saneamento, subiram mais de trinta e seis por cento, as passagens aéreas cresceram vinte e dois e meio por cento, ficando o aumento dos táxis em vinte e quatro por cento.

Esses dados revelam que a escalada da inflação não vem sendo contida pelo Ministro da Fazenda, principalmente porque o "o feijão com arroz" pula de preços semanalmente, esvaziando a panela do povo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Outro assunto, Sr. Presidente. No mês de setembro o Brasil exportou dois milhões e trezentas mil toneladas de café, no valor de duzentos e setenta e cinco milhões de dólares, esperando-se

que até o corrente mês exporte cerca de dois bilhões de dólares, o que colocará o tradicional produto à frente dos demais — como a soja e os sucos cítricos — na nossa balança comercial.

Por sua vez, o Presidente do IBC, Sr. Jório Dausier, afirmou que o novo sistema seletivo dos tipos de café arábica e robusta foi definido na última reunião da Organização Internacional do Café, de maneira a nos possibilitar maiores vantagens à mercantilização, seja dos cafés finos, tipo Santos, do Sul de Minas e de São Paulo, dos médios, do Paraná, ou do **condillom**, do Espírito Santo.

Se se fizerem bem as contas, o cafeicultor não é apenas um dos maiores contribuintes para a aquisição de divisas fortes no Exterior; também no plano interno o produto paga imposto de dezessete por cento **ad valorem**, enquanto enfrenta a subida pertinaz e violenta dos preços de adubos fertilizantes, máquinas, combustíveis e os mais variados insumos agrícolas.

Agora fala-se no aumento do Imposto de Renda para o lavrador. Já se sabe que essa conta vai ser paga, na sua maior parte, pelos produtores de grãos, café e cítricos, que por serem as culturas tecnicamente mais desenvolvidas, vão ter que enfrentar o olho gordo do fisco, tendo no Imposto de Renda o seu algoz mais faminto e incontrolável.

O governo deve saber que a melhor lavoura do Sul de Minas e de São Paulo, com o emprego de adubos e fertilizantes de maneira crescente, não está produzindo mais de quinze sacos de café beneficiado por mil covas, o que significa metade da produção normal, quando não se usavam fertilizantes e outros produtos químicos.

Com essa produtividade, não há lavoura que agüente a ganância do fisco.

Era o que tínhamos a dizer Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Stélio Dias

**O SR. STÉLIO DIAS** (PFL — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não somos daqueles que de tempos em tempos produzem, como outros tantos, uma anestesia global neste País, antes prometendo que a Constituição seria o grande milagre, e, agora, que as eleições presidenciais irão salvar a Nação. Viemos para esta Casa a fim de cumprir a tarefa que cumprimos no processo constituinte.

Não alardeamos, em momento algum, que íamos produzir um texto capaz de resolver o problema deste País de uma vez por todas. Por isso, sentimo-nos à vontade para cobrar algumas definições, e uma delas é quanto aos prazos constituintes. Nenhum desses prazos está sendo cumprido, nem pela direção da Mesa do Congresso nem pela direção da Mesa da Câmara.

Faço, então, Sr. Presidente, um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que gestione junto à Mesa do Congresso a fim de que o art. 12 das Disposições Transitórias da Constituição promulgada a 5 de outubro seja cumprido. Temos de nomear, segundo aquele dispositivo, a Comissão de Estudos Territoriais. É uma Comissão da mais alta importância, que provavelmente vai até ultrapassar os nossos mandatos, aqueles que terminam em 1990. Gestões devem ser feitas, e o mais rápido possível, para que essa Comissão seja criada, já que o prazo de noventa dias foi extinto com a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

**O SR. OSWALDO TREVISAN** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, encerramos hoje mais uma sessão legislativa da atual Legislatura e o fazemos com a consciência do dever cumprido.

Foi um período de intensa atividade para o Congresso Nacional, que funcionou como Assembléia Constituinte durante 20 meses e, tão logo foi promulgada a nova Carta, as duas Casas assumiram com seriedade suas responsabilidades, agora aumentadas com o exercício pleno das prerrogativas do Parlamento brasileiro, devolvidas pela Constituição de outubro.

A fixação do novo salário mínimo, a votação do Orçamento da União para 1989 e o projeto do Imposto de Renda foram temas da maior relevância, enfrentados por um Poder Legislativo que passa a desempenhar seu verdadeiro papel, como instrumento vital do sistema democrático.

Mas há uma questão crucial, para não dizer dramática, a ser trazida à deliberação do Congresso, conforme preceitua o art. 49, inciso I; da nova Constituição — o endividamento externo do País. Pelo citado mandamento, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

"I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional."

Para aqui devem vir todos os detalhes das negociações celebradas pelos emissários governamentais no exterior, à época em que se reunia a Assembléia Nacional Constituinte, mantidas à distância do conhecimento da Nação, embora suas perversas consequências se façam sentir hoje, com todo seu brutal impacto, na elevação do custo de vida, no desaquecimento da economia e no descontrole das finanças públicas.

Embora os entendimentos com os bancos credores e com os agentes do FMI tenham sido considerados positivos, em fontes oficiais, para melhorar o perfil de nossa dívida e propiciar um feliz reatamento com a comunidade financeira internacional, o que se constata, na realidade, é o não-ingresso, até o momento, do chamado "dinheiro novo" no País. Assim, os efeitos das medidas recessivas, acordadas com o FMI, passam a produzir efeitos profundamente danosos na economia interna.

Há um consenso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no seio de círculos econômicos mais isentos, de que a dívida externa brasileira já foi paga de há muito. Nos últimos 17 anos, o Brasil transferiu 57 bilhões de dólares, apenas a título de pagamento do serviço dessa mesma dívida, enquanto o principal anda hoje em torno de 121 bilhões de dólares.

É evidente que a dívida é irresgatável!

Por que, então, continuarmos a provocar violenta sangria do Tesouro Nacional e queimar preciosas divisas obtidas com inaudito sacrifício de uma política irrealista de exportações?

John Kenneth Galbraith, ex-assessor de Roosevelt e de Kennedy, em recente depoimento, lembrou que foi o calote dado em 1930 pelos Estados Unidos, numa dívida contraída com a Inglaterra,

terra, que assegurou à antiga colônia britânica promover o seu desenvolvimento. E tratando especificamente do caso brasileiro, aconselhávamos a não pagar um centavo a mais.

A Igreja, pela palavra de S. Santidade o Papa João Paulo II, também aponta para o aspecto ético do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, condenando os que fazem do comércio do dinheiro uma forma de empobrecimento cruel dos povos subdesenvolvidos.

Ninguém desconhece que o problema fundamental da dívida homizia-se num processo crônico de dependência econômico-cultural, manipulado pela convivência das personagens envolvidas, tanto de um como de outro lado. Começamos, por exemplo, assumindo uma dívida de 400 mil libras esterlinas de Portugal junto à coroa britânica, como preço da independência, proclamada pelo Imperador Pedro I.

A moratória decretada pela Nova República deveria ter merecido o respaldo de toda a Nação, para que o Governo não cedesse às fortes pressões externas. E o pagamento de substanciais parcelas, efetuado ainda sob o Regime da suspensão das amortizações, enfraqueceu a posição brasileira, colocando-nos à mercê dos caprichos dos banqueiros que, ainda recentemente, festejam um lucro histórico em seus balanços, graças à suspensão da moratória do Brasil e ao pagamento das citadas parcelas, visto que também embutiram nessa lucratividade os valores relativos a largas provisões para iminente prejuízo.

Desejamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer veemente apelo à classe política e a todas as lideranças nacionais, particularmente aos governadores dos estados, por uma coesa mobilização no encaminhamento da questão da dívida externa.

E, no caso o Brasil adotar outra medida estoica, que esta não se esvazie pela ausência de solidariedade da Nação, mas seja levada às derradeiras conseqüências.

Estamos diante de uma encruzilhada: ou salvamos a Pátria de inevitável hecatombe social ou enriquecemos ainda mais os agiotas internacionais.

Tancredo Neves, do alto de sua sabedoria política, advertia: "Jamais pagaremos a dívida externa com a fome e o desespero do nosso povo".

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Bender.

**O SR. OSVALDO BENDER** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, ao encerrar-se mais um período legislativo, gostaríamos muito de falar aqui em otimismo, em certeza de ter sido 1988 um ano ótimo, pelos trabalhos realizados na Constituinte e pelas matérias aprovadas pelo Congresso Nacional. Mas, infelizmente, não podemos dizer que tudo correu bem. Apenas quero analisar o reajuste fiscal que se votou no dia de ontem.

Senhor Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, é lamentável que a nova Carta dê respaldo para a cobrança de tributos a bel-prazer. Admito até que o Imposto de Renda seja cobrado com seriedade para não onerar o contribuinte, a população em geral. Mas o que se aprovou, com o reajuste fiscal, prejudica principalmente a classe mais pobre. Por exemplo, a taxa de pedágio, que vai incidir

sobre o caminhão. O caminhoneiro vai incluir essa diferença no frete, o que, conseqüentemente, vai alterar o preço do produto final ao consumidor. Mas não é só isso. Na oportunidade das votações, e por várias vezes, não apenas contra a instituição do pedágio nos manifestamos. Se outrora foi possível construir rodovias federais, não posso entender que agora não se tenha recursos para, pelo menos, conservá-las, fazendo os devidos consertos. Também se aprovou a transformação em OTN dos demais tributos, que representam valores elevadíssimos, se analisados empresa por empresa.

Como se isso não bastasse, ontem se reuniram os secretários de estados para estipular os valores para o novo ICM. Para certos produtos, não será mais de 17%, mas, sim, de 25%. Além do mais, instituíram algo que já tinha sido facultado pela nova Constituição: 5% de imposto de Renda para os estados. E, como se isso ainda não bastasse, em todos os municípios está se aprovando a taxa de 3% sobre combustíveis.

Senhor Presidente, Srs. Congressistas, mesmo sendo facultado pela nova Carta, não podemos admitir que esses tributos sejam implantados de uma só vez, onerando os mais pobres e elevando a taxa inflacionária. O povo não tem o devido retorno. Os jornais estão a anunciar que os segurados da Previdência Social vão ficar sem assistência, porque essa entidade não faz os devidos repasses para os hospitais com os quais mantém convênios.

Pergunto, Sr. Presidente: qual será o futuro e perspectivas do nosso povo? Isso me preocupa e me angustia. Vamos iniciar o ano de 1989 com certo pessimismo.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero registrar meu protesto pela aprovação do reajuste fiscal, com a criação do pedágio, do tributo do Imposto de Renda pelos governos estaduais e elevação do ICM. O povo, as empresas, enfim, os que trabalham não suportam mais essa carga tributária que, em última análise, será paga pelos menos favorecidos, os mais pobres, porque, evidentemente, tudo isso será repassado.

Espero que esses tributos sejam revistos e extintos e que possamos voltar aos velhos tempos, quando não eram tão elevados, sendo a inflação, então, bem mais suave.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Costa Ferreira.

**O SR. COSTA FERREIRA** (PFL — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, com muita satisfação assumo à tribuna do Congresso Nacional para aplaudir os avanços conquistados por esta Casa Parlamentar da República brasileira, galgando degraus para nossa gente.

Ao mesmo tempo, manifesto minha preocupação no que respeita a esse mesmo povo, principalmente às classes menos favorecidas, que estão à mercê de uma ação conjunta dos Parlamentares e de todo o Governo brasileiro. Urge diminuir o tremendo avanço inflacionário que está devorando a esperança de todos, principalmente dos assalariados.

Sabemos que este não será o Natal ideal, mas queremos trabalhar para que no próximo ano o povo tenha a mesa mais farta e a renda nacional

seja melhor distribuída, para que todos possam ter paz e tranquilidade. A Nação não pode ser feliz enquanto os propósitos do Governo não forem atingidos, enquanto não dermos à nossa gente bem-estar social, educação, assistência à saúde, enfim, todos os elementos básicos necessários, para a sobrevivência do homem na sociedade.

Ao se aproximar o fim do ano, queremos deixar claro e patente que devemos aproveitar uma das maiores oportunidades que o Filho de Deus nos legou em sua vinda ao mundo para trazer a todos os homens paz e alegria. Que neste Natal os Parlamentares e toda a Nação brasileira possam se reencontrar com Cristo, que depois de trucidado ressuscitou livre, proclamando a liberdade para todos os povos e nações.

Sr. Presidente, quero depositar minha esperança em Cristo e na capacidade dos Parlamentares e do Governo brasileiro. Espero que, com o pacto social, possamos resolver todos os problemas do País, principalmente o da inflação, que destrói a esperança do povo, deixando-o frustrado.

Nossa esperança está em Cristo. Que ele nos ajude a resolver todos os problemas da Nação brasileira!

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tito Costa.

**O SR. TITO COSTA** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, apresentei a esta Casa projeto de lei que procura enquadrar a situação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores no novo sistema constitucional brasileiro.

A nova Constituição assegura aos prefeitos o foro especial no Tribunal de Justiça. Por outro lado, ainda está em vigor o Decreto-Lei nº 201, sobre responsabilidade dos prefeitos e cassação e extinção de mandatos de prefeitos e vereadores. Esse decreto nasceu num período de exceção, com base no Ato Institucional nº 4, tendo sido editado em 1967.

Por essa razão entendemos ser necessário, oportuno e urgente que uma nova lei discipline a questão da responsabilidade dos prefeitos, definindo os crimes de responsabilidade, a forma de seu processamento, regulamentando também a questão da cassação dos mandatos de prefeitos e vereadores.

Quanto à responsabilidade criminal dos prefeitos, nosso projeto pretende restabelecer, na área municipal, o instituto do **impeachment**, que havia sido abolido pelo Decreto-Lei nº 201. O Prefeito passou a ter, após esse decreto, tratamento diferenciado dos governadores e do Presidente da República, podendo ser processado criminalmente no curso do seu mandato, sem o afastamento prévio pela Câmara Municipal, o afastamento político, o impedimento, o **impeachment**, instituto trazido do Direito norte-americano.

Por isso, o projeto ora apresentado pretende restabelecer a equidade de tratamento aos prefeitos, em relação a governadores e ao Presidente da República. Objetiva também adequar o novo sistema à nova Constituição. Naturalmente, será apreciado futuramente, mas desde já deixamos aqui registrada nossa preocupação, esperando que, oportunamente, a matéria possa ser discutida e aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

*Durante o discurso do Sr. Tito Costa, o Sr. Dirceu Carneiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena.*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra à Deputada Beth Azize.

**A SRA. BETH AZIZE** (PSB — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Congressistas, este Congresso aprovou, há poucos dias, a Lei Orçamentária para o exercício de 1989. Ali vimos, até com acentuada angústia e tristeza, a disposição desta Casa em aprovar fabulosa alocação de recursos para construção da Ferrovia Norte-Sul.

A Nação tem acompanhado todos os desdobramentos e, sobretudo, alguns lances pouco éticos referentes à construção dessa ferrovia. Pois bem, Sr. Presidente, o Governo da República, numa postura totalmente antiamazônica, acaba de retirar os recursos do Finam — Fundo de Investimentos da Amazônia, para aplicá-los no Nordeste.

Entendemos que o Nordeste, região carente, necessita de recursos, mas não podemos admitir que a insensibilidade do Governo Federal o leve a tirar recursos da Região Amazônica para injetá-los no Nordeste. Seria o mesmo que, como se diz na linguagem popular, cobrir um santo tirando a roupa do outro.

O Finam ficou totalmente sem recursos para a Região Amazônica, e aí se diz que talvez o Governo Federal tenha sido levado a essa atitude pela constatação do mau uso desses recursos naquela área, muitas vezes destinados a construtoras e aos que preferem investir na ciranda financeira, e não em projetos de desenvolvimento econômico e social, para os quais foram liberados.

O governo deve entender que para sanar a aplicação dos recursos públicos no País é preciso colocar na cadeia as pessoas que os usam indevidamente, não deixando de aplicá-los nas regiões mais carentes. E foi isso que acabou de fazer o Governo Federal, talvez com o propósito de agradecer os que defendem a preservação da Amazônia. E ninguém, neste Parlamento, tem defendido mais a preservação da Amazônia do que eu.

Entendo, porém, que não é desta forma que se pode evitar o caos no meio ambiente, como não é assim que se deve tratar a Região Amazônica, retirando recursos do seu único fundo de investimento para aplicação no Nordeste.

Este é o meu protesto, Sr. Presidente. E concluindo um telex que me foi enviado pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia, cujo teor é o seguinte:

"Surpreendidos pela postura anti-amazônica do Governo Federal que, autoritariamente, retirou parte dos recursos do Finam para aplicação no Nordeste, nossa associação levou ao conhecimento do público seu mais veemente protesto e a disposição de participar ativamente de um amplo movimento que congregue todos setores de nossa região, no sentido de exigir a revogação desse ato. Conquanto façamos sérias restrições à forma como esses incentivos tem sido aplicados desde a sua criação, tanto na Amazônia como no Nordeste, por se saber que parte deles alimentam a ciranda financeira

em benefício de empresários do Centro-Sul e por termos consciência do papel dos mesmos no processo de devastação da floresta amazônica, não aceitamos que ao invés de se corrigir os erros se queira prejudicar ainda mais a nossa Região, desviando recursos para outras áreas com conviência e/ou omissão de autoridades que representam à região. Assim sendo conclamamos Vossência a se engajar nesta luta exigindo não só a revogação do ato de transferência dos recursos como também a reformulação dos critérios e a total transparência da aplicação dos mesmos. Saudações, Alberto Ferreira Puty — Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia S/A."

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmir Lima.

**O SR. OSMIR LIMA** (PMDB — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Superintendente da Polícia Federal no Estado do Acre prestou depoimento na Comissão de Fiscalização do Senado Federal, onde acusou o Governo do PMDB de ter roubado mercadorias da LBA, com fins políticos.

Dos seis inquéritos abertos, três foram arquivados, por falta de provas, e os três restantes, tenho absoluta convicção, serão também arquivados pelo mesmo motivo.

O Superintendente da Polícia Federal não tem moral, não tem responsabilidade. É um declarado fascista no nosso Estado. Só para exemplificar, devo dizer que a Polícia Federal do Acre invadiu armazéns do Governo, residências particulares de candidatos a vereador pelo PMDB, manteve permanente vigilância em torno do candidato a prefeito da nossa agremiação à Capital do Estado, tudo isso sem qualquer mandado judicial, numa atitude extremamente arbitrária. E apenas para caracterizar melhor a postura do Superintendente da Polícia Federal, quando encaminhei requerimento à Mesa, pedindo fossem apuradas as torturas cometidas por aquela polícia, no meu Estado, em vez de apurar e declarar se houve ou não tortura — aquela época, eu não dizia se a petição tinha sido ou não ilegal, apenas condenava a tortura que a Polícia Federal cometia no Estado — S. S<sup>a</sup> limitou-se a fazer acusações contra mim.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fica sob suspeição tudo o que foi declarado na Comissão de Fiscalização do Senado Federal pelo Sr. Superintendente Mauro Expósito, da Polícia Federal do Acre, por não ter aquele cidadão a postura democrática dos novos tempos que vivemos no País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em inúmeras ocasiões tive a oportunidade e o prazer, neste plenário, de falar a respeito do Deputado Davi Alves Silva.

Davi Alves Silva chegou a esta Casa trazido pela vontade do povo. Foi o político mais votado daquela época. Em 1986, travava-se uma batalha. O povo queria mudanças. O meu partido, o PMDB, liderava em todo o País. O Plano Cruzado dava ênfase às eleições. A situação tinha 99% de chance de eleger seus candidatos. Davi Alves Silva estava no PDS.

Da sigla ele não abriu mão. Tinha consciência de seu trabalho realizado como Deputado Estadual. Tinha consciência de que sempre estivera ao lado do povo. Venceu as eleições para Deputado Federal.

Nesta Casa, começou sua outra batalha: criar o Estado do Maranhão do Sul. Lutou como um bravo. Não conseguiu a criação, de imediato, mas deixou registrado na Constituição que "a vontade do povo iria prevalecer através de plebiscito".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Davi Alves Silva torna a demonstrar capacidade política com sua eleição para a Prefeitura de Imperatriz. Numa campanha toda podada pela imprensa e pelos veículos de comunicação, torna a vencer, com maioria esmagadora, os candidatos da situação.

O quadro político do Maranhão, em especial o da região tocantina, nos faz refletir, nos faz ponderar sobre esse gigante político, que é a expressão da vontade do povo daquele área. Faz-se mister que evoquemos seu trabalho, dando continuidade ao que ele pretende para o povo de sua região. É nosso dever apoiá-lo, no seu plano de governo para a cidade de Imperatriz.

Senhor Presidente, Srs. Congressistas, quero deixar registrado nos Anais desta Casa meus agradecimentos a Davi Alves Silva pelos trabalhos realizados. Quero ainda reafirmar meu apoio ao Prefeito de Imperatriz. Ao apoiá-lo, estarei apoiando uma população que viu renascer suas esperanças em Davi Alves Silva.

Gostaria, imensamente, de não me despedir do colega e companheiro. Para a felicidade do povo de Imperatriz, temos que abrir mão de um guerreiro, de um aliado em tantas batalhas. Rogo a Deus que o ajude nos seus projetos e que tudo saia como planejado. Prometo que daqui, nesta Casa, estarei sempre em defesa dos interesses, de Imperatriz, como o farei por minha região, pois quando me fiz Deputado me comprometi com a Nação.

Tenho certeza de que, ao renunciar ao mandato, Davi Alves Silva estará deixando uma lacuna nesta Casa e muitos amigos, que lhe desejam, boa sorte.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Com a palavra o nobre Deputado Ney Lopes.

**O SR. NEY LOPES** (PFL — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Congressistas, embora já tenha tratado este assunto na Câmara dos Deputados, sendo competência do Congresso o funcionamento de comissão mista, que requeri à Mesa da Câmara, venho à tribuna, para fazê-lo novamente.

Senhor Presidente, apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que, no início da próxima Sessão Legislativa, seja instalada a comissão mista que estudará a dívida externa brasileira, em suas causas e extensão, em razão da regra expressa no Ato Constitucional, nas Disposições Transitórias, que estabelece que o Congresso Nacional, no prazo de um ano após a sua promulgação, deverá instalar essa comissão.

Entendo que se trata de um assunto envolto em mistério e que naturalmente o povo brasileiro, sobretudo às vésperas de sucessão presidencial, deseja conhecer em profundidade o que é a dívida externa do Brasil.

Os Srs. Constituintes, em boa hora, decidiram, como disse, nas Disposições Transitórias da

Constituição, que se procederá à análise pericial e analítica — eu completaria com o devido respeito, também à análise jurídica — do problema do endividamento externo brasileiro. Isso possibilitará ao povo, ao cidadão comum, o acesso às causas, à origem, à aplicação, à extensão das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil.

A instalação dessa comissão mista, que requeri, como disse, à Câmara dos Deputados, é em razão de entendimento da Mesa do Congresso Nacional de que compete a uma das Casas onde seja suscitado o assunto transformá-lo em resolução e submetê-lo à outra Casa. Com esse estudo, como vinha dizendo, o Parlamento poderá dar ao povo brasileiro um documento bem fundamentado, um documento de análise profunda sobre tão misterioso assunto, envolvendo protocolos, contratos e cartas reservadas, aplicando, como a Assembleia Constituinte em boa hora definiu, a lei que regula as Comissões Parlamentares de Inquérito, quer dizer, aplicando subsidiariamente a legislação do Processo Penal na colheita dessas provas.

Senhor Presidente, faço a V. Ex.<sup>a</sup> um apelo no sentido de que, após a Câmara dos Deputados apreciar, como de certo o fará no início da sessão legislativa, esse pedido de instalação da Comissão Mista, e naturalmente depois de submetida ao Senado da República, o Congresso Nacional a instale, para que este assunto seja estudado com a rapidez que se impõe.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sílvio Abreu.

**O SR. SÍLVIO ABREU** (PSC — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a propósito da reunião realizada ontem pelo Comitê do Pacto Social, o PSC emitiu manifestação expressa analisando a gravíssima espiral inflacionária que infelicitou este País.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que essa nota seja dada como lida, para que conste dos Anais da Casa

#### MANIFESTAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR:

“O Partido Social Cristão, PSC, convidado, oficialmente, a participar das deliberações atinentes ao Pacto Social, vem, por sua Liderança na Câmara dos Deputados, trazer considerações breves e objetivas, cuja formulação entende do seu dever, como forma de colaborar com o instrumento destinado a reprimir a espiral inflacionária, que preocupa e infelicitou a própria Nação.

Como preliminar abordagem, o PSC sugere, sejam enviados e promovidos grandes esforços, sempre conjuntos e emanados das próprias partes constitutivas do Pacto Social, para a alteração da mentalidade nacional, de todos os setores, no sentido de que possam viver e praticar as regras apropriadas a uma “economia de guerra”, com todos os sacrifícios dela decorrentes, exigindo a adoção costumeira da escassez, da poupança e, até, da miserabilidade.

Da parte do Governo, torna-se imprescindível a contenção e a inversão do déficit público, com o corte radical de gastos, de projetos não essenciais, de mordomias e franquias administrativas, bem como, a extinção do empreguismo, quer na administração direta, quer na indireta, além

da alienação de imóveis ociosos, da aceleração do processo de privatização de inúmeras empresas, da abolição do uso de veículos oficiais, entre tantas e inúmeras outras providências, próprias da “economia de guerra”.

Quanto aos empresários, produtores e comerciantes, é fundamental manterem-se embrenhados na órbita do sacrifício, com a manutenção dos preços dos produtos subordinados às regras pactuadas. Mais que isso. É inadiável a elaboração do “cadastro nacional de empresas pactuais”, para ser amplamente divulgado, juntamente com as listas de produtos essenciais e seus respectivos preços. Tal providência proporcionará à população, não apenas a franquia da fiscalização, mas, principalmente, a possibilidade de afugentarem-se dos comerciantes não pactuados.

Ademais, torna-se indispensável a iniciação do processo deflacionário, com a aplicação mensal de redutores em preços, débitos, salários, custos, orçamentos e nos próprios índices que radiografam os patamares de avaliação da moeda.

Aos trabalhadores, já tão sacrificados e há tanto tempo, pelas conhecidas agruras da economia, nada mais pode ser pedido, a não ser a fiscalização, a compreensão e a paciência.

É também necessário que o Sr. Presidente da República, através de medida de emergência, reformule a legislação que preceitua a incidência do ICM, para que esse venha a recair sobre o maior valor constante da nota fiscal, como forma de impedir que continue a existir, em conhecidos setores, os preços altos e fictícios, com grandes descontos também fictícios, para o atingimento das cifras reais, burlando e fraudando as próprias leis naturais de mercado.

Eis, enfim, a síntese do pensamento do PSC, num momento de infortúnio da vida nacional, que, mercê de Deus, haverá de ser superado pela determinação, pela coragem e pela vocação da própria Pátria.

Brasília, 14 de dezembro de 1988 — Deputado **Sílvio Abreu**, Líder do PSC.

**O Sr. Chico Humberto** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CHICO HUMBERTO** (PDT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na reunião do dia 7 último requeremos o cumprimento da norma constitucional contida no art. 12 das Disposições Transitórias, que prevê a criação da Comissão de Estudos Territoriais, com 10 membros indicados pelo Congresso Nacional e 5 pelo Poder Executivo.

O requerimento foi encaminhado à Mesa, especificamente ao Presidente ora à frente dos nossos trabalhos, para que se formasse essa Comissão, uma vez que há prazo predeterminedo — 90 dias da promulgação da Constituição — que se extinguirá no dia 5 de janeiro próximo.

Portanto, gostaríamos de saber da Mesa se tomou alguma providência nesse sentido, porque não recebemos informação alguma a respeito do nosso requerimento. Temos conhecimento de que outros Parlamentares também apresentaram pedido de formação dessa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — A Presidência informa ao nobre Deputado que

este assunto está equacionado. Até estou de posse da minuta de um projeto de lei que cria essa Comissão, porque ela não é composta apenas de membros do Poder Legislativo, mas também do Poder Executivo. Portanto, não podemos criá-la por decreto legislativo ou projeto de resolução; terá de ser por projeto de lei.

Esta havendo, então, entendimento entre os dois Poderes, para efeito de criação dessa Comissão mediante projeto de lei.

**O SR. CHICO HUMBERTO** — Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, não poderíamos nomear os membros do Poder Legislativo dentro desse prazo e exigir que o Poder Executivo também o faça, visando a apressar os trabalhos da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Nobre Deputado, o problema é que se trata de Comissão integrada pelos dois Poderes. Não podemos criá-la apenas com os membros do Poder Legislativo. Ela tem de ser criada integralmente, e isto está sendo cuidado.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a iniciativa e a atenção, porque é nosso dever cumprir o mandato constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Edmilson Valentim

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (PC do B — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Senac, do Rio de Janeiro adotou uma decisão inusitada: suspendeu de suas funções naquele órgão o professor José Ferreira Costa, Presidente do Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo. Ademais, determinou a instauração de inquérito judicial contra o referido sindicalista, sob o argumento de que o mesmo não poderia, como Presidente do Sindicato, criticar os seus superiores e a instituição.

Na verdade, Sr. Presidente, o Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo fez gravíssimas denúncias de malversação dos recursos do Senac no Rio de Janeiro, inclusive com a compra de computadores que se tornaram imprestáveis à prática do ensino profissionalizante ministrado pelo órgão.

A suspensão do sindicalista pelo Sr. Victor D'Araújo Martins é uma afronta ao livre exercício da atividade sindical. Encaminharemos à direção nacional do Senac as denúncias feitas pelo Sindicato dos Professores, para que as irregularidades na administração do Senac do Rio de Janeiro sejam devidamente apuradas.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Valmir Campelo.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foram inúmeras as oportunidades em que ocupei esta tribuna para denunciar a necessidade de um Plano de Industrialização para o Distrito Federal.

A dependência de recursos da União constituiu sempre, severa restrição à completa autonomia política do Distrito Federal. Entretanto, no decorrer dos trabalhos de elaboração da nova Carta

Constitucional, a autonomia política foi assegurada e, já em 1990, a população poderá escolher soberanamente Governador, Vice-Governador e Deputados Distritais através do voto direto. Alvisareira, do ponto de vista político, esta providência, no entanto, carecia de suporte. Faltava ao Distrito Federal a autonomia econômica para superar a dependência restritiva de recursos da União.

Por outro lado, a industrialização se impunha como fator de ampliação do mercado de trabalho, este, aliás, um dos grandes desafios a serem vencidos na Capital da República, pois, com população superior a 1 milhão e 800 mil habitantes, o Distrito Federal tem convivido nos últimos anos com o drama do desemprego. Nesse contexto, reveste-se da maior importância a aprovação na semana passada, pelo Senado Federal, do Programa de Desenvolvimento Industrial do DF, Proin. A idéia desse programa nasceu, originalmente, na Associação Comercial do Distrito Federal e na Fíbra — Federação das Indústrias de Brasília. Principais articuladores do projeto de criação da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, essas entidades tiveram papel decisivo no fornecimento dos subsídios que tornaram possível o Proin.

Convidado a ocupar a Secretaria de Indústria e Comércio, coube ao empresário Lindberg Aziz Cury, ardoroso defensor do projeto, como Presidente da Associação Comercial, dar consequência e desencadear longo trabalho de sensibilização das autoridades quanto à necessidade da industrialização do Distrito Federal como única forma eficaz de superação do desemprego.

O programa prevê a concessão de incentivos fiscais a empresas, criação de um Distrito Industrial na área entre Taguatinga e Gama, a ampliação das áreas industriais existentes nas cidades satélites.

Pelas características singulares do Distrito Federal, como sede dos Poderes da República, o Programa prevê rígidos critérios de seleção, destinados a evitar a instalação de indústrias poluentes. O Proin pretende garantir a geração de no mínimo 28.000 empregos por ano e constitui, sem dúvida, uma providência do mais alto significado para a população de Brasília.

Há que se reconhecer o brilhante trabalho do atual Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Distrito Federal, empresário Lindberg Aziz Cury, que, com competência e rara dedicação, é o principal responsável pela realidade do Proin.

Resta agora a efetiva implementação das ações previstas no Programa de Industrialização, cujos resultados serão, com certeza, auspiciosos para a população em geral, além de significar a garantia da arrecadação de impostos de que o Distrito Federal tanto precisa para consolidar sua autonomia político-administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Furtado Leite.

**O SR. FURTADO LEITE** (PFL — CE Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi, do Presidente do Sindicato dos Hospitais e dos Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços à Previdência Social, comunicação de que esta se encontra em atraso, de aproximadamente quatro meses, no pagamento

das prestações de serviços daquelas instituições ao Ministério. As mencionadas entidades fizeram-me um apelo para interceder junto ao Governo, solicitando sua interferência, com toda a urgência, para o pagamento a seus credores.

Informam ainda os dirigentes dos hospitais, especialmente os filantrópicos, que, sem uma solução imediata para a liberação dos recursos que lhe são devidos, serão obrigados a encerrar suas portas, pois, com o elevado custo dos medicamentos e o aumento dos salários, não há mais possibilidade de continuar prestando seus relevantes serviços principalmente ao doente carente. Em cidades do interior cearense, onde existe apenas uma unidade de saúde na sede do Município, se adotada esta medida por culpa do Governo, o doente não tem outra opção.

Acredito que o Presidente Sarney não deve estar acompanhando problema dessa natureza, como também não deve estar sendo informado pelo responsável pelo setor de saúde da gravidade da situação.

Faço, desta tribuna, um apelo ao Sr. Presidente da República, José Sarney, e ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho, para que adotem providências com a maior urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Paulo Macarini.

**O SR. PAULO MACARINI** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é concebível que o Governo Federal volte a praticar um ato lesivo ao produtor nacional permitindo a importância de carne suína.

Ainda está na mesma memória a triste lembrança dos episódios de 1985, quando a carne suína, importada do leste europeu, arruinou a economia do Sul do País, quase que aniquilando tão importante setor da economia agropecuária.

Agora a ameaça volta a rondar a suinocultura, tanto que a ABCS — Associação Brasileira de Criadores de Suínos, dirigiu aos Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Gabinete Civil, a seguinte mensagem:

"Cumprimos-te o cordialmente informamos a V. Exª que os suinocultores brasi-

leiros foram novamente apunhalados pela decisão do governo em autorizar a importação de carne suína.

As autoridades governamentais parecem que já esqueceram a crise que causaram no setor de produção pelas importações efetuadas em final de 86 e início de 87 e que perdura até hoje.

Milhares de produtores tiveram que abandonar a atividade.

Outros milhares, que permaneceram na atividade, hoje estão falidos e ou pendurados nos bancos.

Relembramos a V. Exª que a carne importada era de péssima qualidade e inclusive contaminada por radiação como ficou comprovada por análise efetuada no Rio Grande do Sul.

Esclarecemos que embora na situação atual ainda estamos produzindo com prejuízo vislumbra-se uma melhoria para o setor no próximo ano.

Apelamos a V. Exª cancelar imediatamente qualquer importação para salvar o que restou da suinocultura nacional.

Atenciosamente  
Paulo Tramontini  
Presidente Associação Brasileira de Criadores de Suínos — ABCS"

De igual modo, a ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos, também apresenta a sua irrisignação e o seu inconformismo, assim expressado:

"Ao tomarmos conhecimento das facilidades aprovadas na "reunião do pacto social" para importação de carne suína, vimos à presença de V. Exª, para expor o que segue:

"Durante o Plano Cruzado (1986) o produtor de suínos respondeu ao estímulo do mercado aumentando significativamente a sua produção (15% em Santa Catarina.

Este aumento de produção, somado com a desastrosa importação de 77.800 toneladas de carcaças suínas e a situação econômica pós-plano cruzado, se refletiu na mais grave crise da história da suino cultura, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Mês/ano	Custo Variável de produção Cz\$/Kg Embrapa	Preço do Suíno vivo Cz\$/Kg ACCS	Diferença Cz\$/Kg
12/86	11,57	14,80	- 3,23
03/87	14,15	13,20	- 0,95
06/87	24,49	16,50	- 7,99
09/87	34,46	24,00	-10,46
12/87	56,18	41,60	-14,58
03/88	80,73	72,70	- 8,03
06/88	163,75	118,00	-45,75
09/88	269,15	227,00	-42,15
10/88	370,19	340,00	-30,19
11/88	479,78	410,00	-69,78

Para o produtor de suínos a atividade suinícola vem dando prejuízos desde março de 1987.

As reivindicações dos produtores nunca foram atendidas.

Não é possível controlar os preços de produtos a nível de consumidor se não controlamos os preços dos insumos necessários para a produção.

Uma importação de carne suína neste momento será o golpe de misericórdia na suinocultura brasileira com conseqüências irremediáveis em milhares de produtores e na economia do Sul do País.

Rogamos ao bom senso de V. Ex<sup>a</sup> nos ajudando a evitar essa importação e mantendo assim o suinocultor nacional na atividade, produzindo alimentos para a população brasileira".

Atenciosamente, **Clair Eloy Dariva**, Presidente da Associação Catarinense de criadores de suínos."

Diante disto, apelo ao bom senso da área econômica do Governo Federal, notadamente aos Ministros da Fazenda, da Indústria e do Comércio e da Agricultura, para que não permita impetrar-se esta medida contra os interesses nacionais.

Em verdade, não há necessidade de se importar carne suína. O necessário mesmo é mais incentivo ao produtor nacional.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Vladimir Palmeira

**O SR. VLADIMIR PALMEIRA** (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos recebido constantemente telegramas de funcionários demitidos por participarem de movimentos grevistas. Quero, aqui, destacar o acontecido com o funcionário do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, Sr. Paulo Fernandes de Souza, que foi demitido exclusivamente por motivos políticos. Este, juntamente com outros colegas, empenhou-se na liderança das reivindicações dos trabalhadores do Ministério da Saúde na luta pelo Plano de Cargos e Salários, tendo sido vitoriosos.

Entretanto, com a exoneração da direção do Centro Psiquiátrico, a que veio substituí-la passou a exercer todo o tipo de repressão contra seus funcionários, impedindo-os de se manifestarem sobre suas condições de trabalho e salários. Por seu espírito de liderança e sua constante atuação no movimento, o Sr. Paulo foi demitido logo após a realização de uma Assembléia Geral dos funcionários onde denunciara irregularidades administrativas.

A situação do funcionário Paulo não é diferente das demais demissões ocorridas em todo o Brasil na greve do Ministério da Saúde.

Nesta semana, uma Comissão formada por lideranças do movimento encontra-se em Brasília tentando sensibilizar o Ministro da Saúde a tomar as providências cabíveis, de forma a sanar tais injustiças.

Quero solidarizar-me com esses trabalhadores em sua luta e fazer um apelo a esta Casa para que se pronuncie a respeito dessas demissões e de tantas outras que comprometem a efetivação das garantias conquistadas na nova Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista José Guedes.

**O SR. JOSÉ GUEDES** (PSDB — Ro. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Partido da Social Democracia Brasileira é uma realidade no Estado de Rondônia.

A votação recebida pelo PSDB, na capital Porto Velho, bem como as adesões acontecidas nos demais municípios, revelam que o partido está ocupando um vazio político existente em nosso Estado.

O PSDB nasceu grande, não pelo número de integrantes das bancadas na Câmara e no Senado, mas pela importância dos seus objetivos e pelo peso da respeitabilidade dos nomes que assumiram a decisão de fazer a prática política coincidir com os compromissos do palanque.

Com o PSDB, será viabilizado um projeto político nacional, longe das preocupações e propostas populistas e demagógicas, tão prejudiciais ao País.

Assumi comigo mesmo um compromisso de honra, pensando em resgatar para o povo do meu Estado as esperanças perdidas por conta dos desastrosos políticos e administrativos. A desesperança e o desencanto do povo poderão ser superados na medida em que as propostas colocadas em debate, nas praças, nos auditórios e nos lares rondonienses, mereçam crédito e confiabilidade. É o que quero levar ao povo pela via do PSDB

Ofereço ao povo do meu estado um clarão de esperança, que se traduz na sigla do partido que escolhi para restaurar a dignidade da vida política e partidária de Rondônia, cedendo como aval o meu passado político.

Convoco a todos para a grande transformação que, juntos, haremos de proceder em toda Rondônia. Aos áulicos, despidorados e traidores, haremos de responder com a reação do povo traído e envergonhado, alinhados todos na força emergente do Partido da Social Democracia Brasileira, estandarte com o qual será resgatado para o povo o sentimento de dignidade, do respeito e da moral pública, conceitos tão fora de uso em nossa terra.

Levo para Rondônia não uma simples sigla, mas transiro para o povo um programa político condizente com os tempos modernos, que levou os países europeus a superarem os percalços de duas guerras, fazendo com que aqueles povos fossem e sejam os agentes e os beneficiários do desenvolvimento.

O Brasil de hoje não pode conviver com idéias e práticas políticas dos anos cinquenta e sessenta. É preciso sentir a proximidade do terceiro milênio e, com ele, as grandes mudanças sociais e econômicas que a Humanidade reclama. Pensando no futuro de nossa gente, assumi um compromisso com a modernidade, confiante em que o PSDB será a grande bandeira das transformações deste País.

Rondônia dirá sim à luta que havierei de empreender ao lado do povo, na nova fase da vida nacional que surgirá em decorrência da ação do Partido da Social Democracia Brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Salatiel Carvalho.

**O SR. SALATIEL CARVALHO** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, ao chegarmos ao final dos trabalhos legislativos do Parlamento brasileiro, temos a satisfação de registrar um balanço com os mais expressivos resultados já verificados na História do Poder Legislativo do nosso País.

A atividade parlamentar desenvolvida ao longo do ano que se encerra entra para a História com a característica singular de ter produzido a nova Constituição, promulgada a 5 de outubro. Este fato, por si só, já reveste o período legislativo de 1988, do mais elevado valor histórico

É oportuno registrar aspectos que engrandecem o esforço e o trabalho aqui produzidos. Destacamos a modernidade e avanço dos princípios que consagram os novos direitos e liberdades individuais, as conquistas sociais e o fortalecimento do Poder Legislativo, revigorado constitucionalmente para o desempenho de suas altas responsabilidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Carlos Cardinal.

**O SR. CARLOS CARDINAL** (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, tenho acompanhado com real interesse, desde o seu lançamento e até o presente momento, as discussões em torno do chamado Pacto Antiinflação, já denominado também de Pacto Social. Confesso que nunca fui muito simpático a essas tentativas, a esses acertos, principalmente quando os principais interessados estão na mesa de negociações de forma minoritária.

As razões para que a população não tivesse peso no pacto são muitas, mas uma delas é fundamental: o pacto estava sendo feito por cima e pelas chamadas elites. Já havia, portanto, muitas razões para que ele não desse certo, como não vem dando.

Agora veio a comprovação, os preços foram reajustados muito além do que foi pactuado por esse pequeno grupo. Em seguida, temos aí o anúncio de uma série de medidas que não são provisórias, pois atingem dramaticamente setores vitais da economia.

O Governo, sem tomar nenhuma providência concreta para reduzir o déficit público, questão fundamental para o sucesso do pacto, anuncia que vai autorizar a importação de carne suína para regularizar o abastecimento e controlar os preços. Isto realmente representa um pesadelo para a classe produtora, que a muito custo mantém suas criações. Esta classe, aliás, vem sendo insultada ano após ano, pois muito recentemente o Governo, na época do Plano Cruzado, permitiu a compra do produto do estrangeiro, e acabou se constatando que estava deteriorado, provocando duplo prejuízo ao País, já que prejudicou os produtores nacionais e desperdiçou o dinheiro do contribuinte.

Agora o Governo novamente acena com esta possibilidade, o que trará sérios prejuízos novamente ao País. Serve o Governo com admirável fidelidade aos exportadores estrangeiros, em detrimento do produtor nacional. É mais um crime que se comete contra a população brasileira.

Como se isso não bastasse, denunciamos agora mais uma ação nociva deste Governo. As auto-

ridades governamentais estão abastecendo os supermercados, principalmente do Rio e São Paulo, com arroz de seus estoques reguladores. Este arroz está sendo vendido por menos de 200 cruzeiros o quilo, enquanto os supermercados o revendem por quase 400 o quilo.

Isto, sim, é grave, Sras e Srs. Constituintes, pois o Governo, utilizando-se do dinheiro público, pratica negócios altamente nocivos aos interesses nacionais. O pacto não foi respeitado, e agora ficou comprovado, em levantamento feito pelo IBGE e outros institutos, que os preços ultrapassaram os 26,5 por cento no mês de novembro, atingindo 28 ou mais por cento e com previsão de nova defasagem em dezembro.

A população já está cansada de promessas e de experiências malogradas. Esse pacto não tem outro objetivo senão o de manter os privilégios dos grandes empresários, pois até agora não renunciaram a nada e não se desfazem de nenhum de seus privilégios. É como fazer um pacto entre a guilhotina e o peixeço. O Governo e os empresários entram com a guilhotina e os trabalhadores, com o peixeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Alcécio Dias.

**O SR. ALÉRCIO DIAS** (PFL — AC Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, daqui desta tribuna, quero registrar nos Anais da Casa minhas considerações pelos trabalhos realizados por Davi Alves Silva, no decorrer de dois anos de mandato na Câmara dos Deputados.

Ao equacionar os trabalhos desse político, ficou notório que o povo não se deixa mais levar por promessas que não são cumpridas. Na realidade, quando o eleitor firma seu propósito de continuar a eleger políticos sem o apoio da "situação", é porque considera o político um homem sério. E Davi está enquadrado neste conceito. Davi Alves Silva tem sido, na sua região, um político da maior credibilidade. Haja vista que suas vitórias têm sido extraordinárias, frente a seus adversários. Podemos perceber que seu dinamismo vai além das expectativas de qualquer **expert** no assunto.

Davi Alves Silva, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tem sido para nós exemplo palpável na condução da política neste País. Na Constituinte, lutou por vários segmentos de leis que pudessem beneficiar uma sociedade quase esquecida. Lutou pela redivisão territorial e também tentou implantar o Estado do Maranhão do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa consciência de visão política abrangente nos dá a convicção de que temos de nos esforçar muito para superar a nossa ideologia partidária, acrescentando às nossas ideologias o desejo de apoiar colegas Parlamentares que têm como meta o desenvolvimento das regiões.

Por fim, cabe também o reconhecimento de todos os brasileiros a certos políticos, no tocante ao desenvolvimento do Nordeste e, em especial,

de áreas que têm como representantes homens como o Deputado Davi Alves Silva, pois Davi, neste curto espaço de tempo, nos fez ver que o desenvolvimento da região Tocantina é viável.

E eu, deste plenário, ao parabenizar S. Ex.<sup>a</sup> pela sua vitória esmagadora nas eleições para Prefeito de Imperatriz, coloco-me também à sua disposição para que seus projetos, que encerram grandeza, sejam aprovados. Disponho-me também a apoiá-lo na sua administração da Prefeitura de Imperatriz.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, encerro este pronunciamento afirmando ao Deputado Davi Alves Silva que, se o seu afastamento desta Casa é para benefício do povo de Imperatriz, nós, apesar de sentirmos a perda do companheiro, só poderemos desejar-lhe boa sorte, uma excelente administração e o retorno a esta Casa assim que for possível, pois este Congresso precisa de homens iguais a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao Sr. Congressista Lézio Sathler.

**O SR. LÉZIO SATHLER** (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos preocupados, nós, os espírito-santenses, com o anúncio da extinção, ou suspensão, das dotações orçamentárias relativas ao Decreto-Lei nº 880, de 1969.

Esse diploma legal trata de incentivos fiscais vinculados ao Imposto de Renda devido no Estado do Espírito Santo, e tem representado, ao longo de quase 20 anos, um importante instrumento de atenuação do desnível econômico regional.

Classes políticas e produtoras, trabalhadores e povo em geral associam-se ao Governador Max Freitas Mauro, nos temores de que se concretize a ameaça de cessação do aporte de recursos dessa origem, dos quais não pode a economia capixaba prescindir, sob pena de sérios e irrecuperáveis danos.

Está o Governador informado de que a Presidência da República pretende propor a medida em foco, sob o argumento da necessidade de contribuir, assim, para a diminuição do déficit público.

Preocupado com essa notícia, desejo esclarecer que a extinção do Decreto-Lei nº 880 não trará redução no déficit, pois apenas implicará transferência das deduções do Imposto de Renda, dos contribuintes capixabas para outros fundos de investimento (Finam Finor, etc). Melhor dizendo, como o Decreto-Lei nº 880 corresponde a uma opção do contribuinte pessoa jurídica capixaba em favor do FUNRES, a suspensão apenas desviaria esses recursos para os outros fundos, sem efeito na redução do déficit público. Por outro lado, o Decreto-Lei nº 880/69 participa, de forma insignificante, do conjunto dos fundos de investimento e programas especiais, com base no IR, atingindo, neste exercício, 0,88% do total dessa rubrica, representando 100 vezes menos do que é destinado, via deduções tributárias, no Norte/Nordeste (Finam, Finor/PIN-Proterra).

Vale ressaltar a importância do Decreto-Lei nº 880 para o Estado, por representar o único instrumento especial de apoio financeiro de que dispõe o Espírito Santo. Sua operacionalização tem sido fundamental para a viabilização de iniciativas empresariais de médio e pequeno porte, para a integração do parque industrial local, para a diversificação da nossa agricultura e simultâneo apoio ao pequeno agricultor, para o estímulo à pesca artesanal e à melhoria da infra-estrutura turística.

Portanto, a confirmação, tácita ou explícita, desse instrumento, que resulta de uma árdua luta da sociedade capixaba, é de fundamental importância para o Espírito Santo, particularmente com vistas à atenuação dos grandes desníveis que ainda marcam o desenvolvimento da unidade federativa, em face dos estados ricos do País.

Invocamos a sensibilidade governamental, para que medida dessa natureza seja evitada, por implicar elevado e inútil sacrifício do povo de meu Estado e de sua economia, desestruturando-a.

Encerro o presente apelo com algumas considerações bem objetivas sobre a matéria.

— O Decreto-Lei nº 880 é considerado o mais bem sucedido mecanismo de desenvolvimento regional do País, com base no Imposto de Renda, segundo avaliações realizadas por autoridades locais e federais, especialmente a Comissão de Avaliação de Incentivo Fiscais (Comif), coordenada pela Seplan.

— É o único e importante instrumento de integração da economia local, retirando o caráter de enclave dos grandes projetos federais de exportação aqui localizados (CVRD, CST, Aracruz); de distribuição de renda, por se estender a todos os setores e estratos produtivos da economia, e de expansão dos empregos.

O Decreto-Lei nº 880/69 é vital para a sociedade capixaba, que viverá, nos próximos anos, uma fase de profundas transformações, decorrentes da expansão dos chamados grandes projetos de exportação, e terá, necessariamente, de contar com esse apoio, para:

- 1) garantir a complementaridade do parque produtivo local;
- 2) criar alternativas de desenvolvimento regional no Estado, diminuindo a excessiva concentração da atividade econômica na grande Vitória e no litoral Norte;
- 3) incentivar a adequação tecnológica das unidades industriais capixabas, garantindo-lhes competitividade nos mercados nacional e externo;
- 4) garantir à classe empresarial local apoio financeiro, via participação acionária do incentivo fiscal, para que não seja totalmente marginalizada do processo de crescimento do Espírito Santo.

Um simples exame da medida em questão mostra a insignificância da participação do Decreto-Lei nº 880 no conjunto dos Fundos de Investimento e Programas Especiais baseados nas opções do Imposto de Renda para o corrente ano; o Decreto-Lei nº 880 significa apenas 0,88% do total dessa rubrica, conforme tabela a seguir, da Secretaria da Receita Federal do MF:

## PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO E PROGRAMAS ESPECIAS COM BASE NAS DEDUÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA

Discriminação	Distribuição Percentual das Opções
Finor	33,80
Finam	16,77
Fiset — Reflorestamento	2,39
Embraer	0,91
Furnes — Espírito Santo	0,88
Fundo de Promoção Cultural	0,18
Fundação Educar	0,44
Pin-Flor	13,52
Pin-Finam	6,70
Pin-Outros	4,16
Proterra-Finor	9,01
Proterra-Finam	4,47
Proterra-Outros	2,77

Essa participação do incentivo fiscal do Espírito Santo é 57 vezes menor que os recursos destinados ao Finam e Finor e 100 vezes menor se, àqueles dois, somarmos PIN e Proterra, também destinados ao Nordeste.

**O Sr. Aluizio Campos** — Sr. Presidente, peça a palavra, para uma rápida comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Peço-lhe que seja realmente breve, pois já estou anunciando a Ordem do Dia.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS** (PMDB—PB) — Sr. Presidente, apenas lamento, no momento em que encerramos os trabalhos do Congresso Nacional nesta sessão legislativa, não termos chegado a adotar nenhuma providência, seja por solicitação do Governo, seja por iniciativa própria, no sentido de conter efetivamente, com medidas legais objetivas, os efeitos da inflação, que está conduzindo a maioria da população deste País a situação desesperadora.

Registro esta preocupação, na esperança de que, tão rápido quanto possível, possamos adotar soluções corajosas para vencer a desesperança e a angústia causadas pela crise.

Por isso, renovo o apelo jaformulado em outros pronunciamentos, indicando inclusive a extinção da correção monetária como base de um plano de desindexação e de suspensão temporária do

pagamento das dívidas públicas, das emissões de moeda e de títulos públicos, de modo a alcançarmos superávits que possibilitem o equilíbrio econômico com a expansão de investimentos.

Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 150/88

Brasília, 14 de dezembro de 1988

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, no atendimento das disposições legais, com os seus anexos, o Substitutivo da Comissão Mista de Orçamento ao Projeto de Lei nº 1, de 1988 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1989, aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional, sem acréscimo de emendas, constituindo, portanto, substitutivo integral.

A Presidência da Comissão Mista de Orçamento, baseada no art. 102 e § 2º do art. 51, do Regimento Comum, julgou dispensada a redação final do referido substitutivo, por estar o texto aprovado em condições de ser definitivamente aceito, con-

forme exposição, em anexo, do Relator-Geral, Senador Almir Gabriel.

Conseqüentemente, estou enviando-o a Vossa Excelência apto a ser encaminhado, nos termos do art. 52 do Regimento citado, para sanção, ao Senhor Presidente da República.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, Deputado **Cid Carvalho**, Presidente.

*O substitutivo, com os anexos, da Comissão Mista de Orçamento ao Projeto de Lei nº 1, de 1988 — CN, será publicado em suplemento à presente edição.*

**O Sr. Nelson Wedekin** — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece-nos evidente a falta de **quorum** em plenário. Por isso, em nome da Liderança do PMDB no Senado, solicitamos a verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — V. Exª pede a verificação de **quorum** de acordo com o art. 29, § 2º, do Regimento Comum, que diz:

“Art. 29. ....

§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos **ex officio**, por provocação de qualquer Congressista.”

Sendo evidente a falta de **quorum**, a Presidência vai atender ao requerimento e acionar as campanhas por 10 minutos, para que os Srs. Senadores e Deputados possam acorrer ao plenário do Congresso Nacional.

*(Suspensa às 12 horas e 6 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 16 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Está reaberta a sessão.

Diante da evidente falta de **quorum**, que permanece, declaro encerrada a sessão

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 17 minutos.)*

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral .....	Cz\$ 9.320,00
Exemplar avulso .....	Cz\$ 60,00

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral .....	Cz\$ 9.320,00
Exemplar avulso .....	Cz\$ 60,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 211-3738 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias.

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clèmerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schüler**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembleia Nacional Constituinte — **Nailê Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988  
(nºs 97 a 100). Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**  
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**  
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**  
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**  
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**  
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**  
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**  
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**  
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**  
Constituição americana: moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**  
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Peneagar**  
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**  
Uma análise sistêmica do concerto de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**  
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**  
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**  
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**  
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**  
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**  
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**  
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**  
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**  
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**  
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**  
Casamento e família na futura Constituição brasileira a contribuição alemã — **João Baptista Villela**  
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**  
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Sílvio Meira**  
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**  
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**  
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas  
Senado Federal,  
Anexo I, 22º andar  
Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF  
Telefones: 211-3578 e  
211-3579

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 150,00

Assinatura  
para 1988  
(nºs 97 a 100):  
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituindo do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci e Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67 jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalheste**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas —  
Senado Federal, Anexo I,  
22º andar —  
Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF —  
Telefones: 211-3578 e 211-3579

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
CZ\$ 150,00

Assinatura  
para 1988  
(nºs 97 a 100):  
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está lançando a obra **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras**.

A publicação, em 3 volumes, apresenta os textos integrais e um índice temático comparativo das Constituições de 21 países.

## Volume 1

BRASIL — ALEMANHA, República Federal da — ARGENTINA

CHILE — CHINA, República Popular da

CUBA — ESPANHA — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FRANÇA — GRÃ-BRETANHA — GUINÉ-BISSAU

## Volume 2

ITÁLIA — JAPÃO — MÉXICO

PARAGUAI — PERU — PORTUGAL — SUÍÇA

URSS — URUGUAI — VENEZUELA

## Volume 3

ÍNDICE TEMÁTICO COMPARATIVO

**Preço = Cz\$ 1.000,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Telefone: (061) 211-3578) Senado Federal, Anexo I, 22º Andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF.  
Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.  
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 07/1203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 60,00**